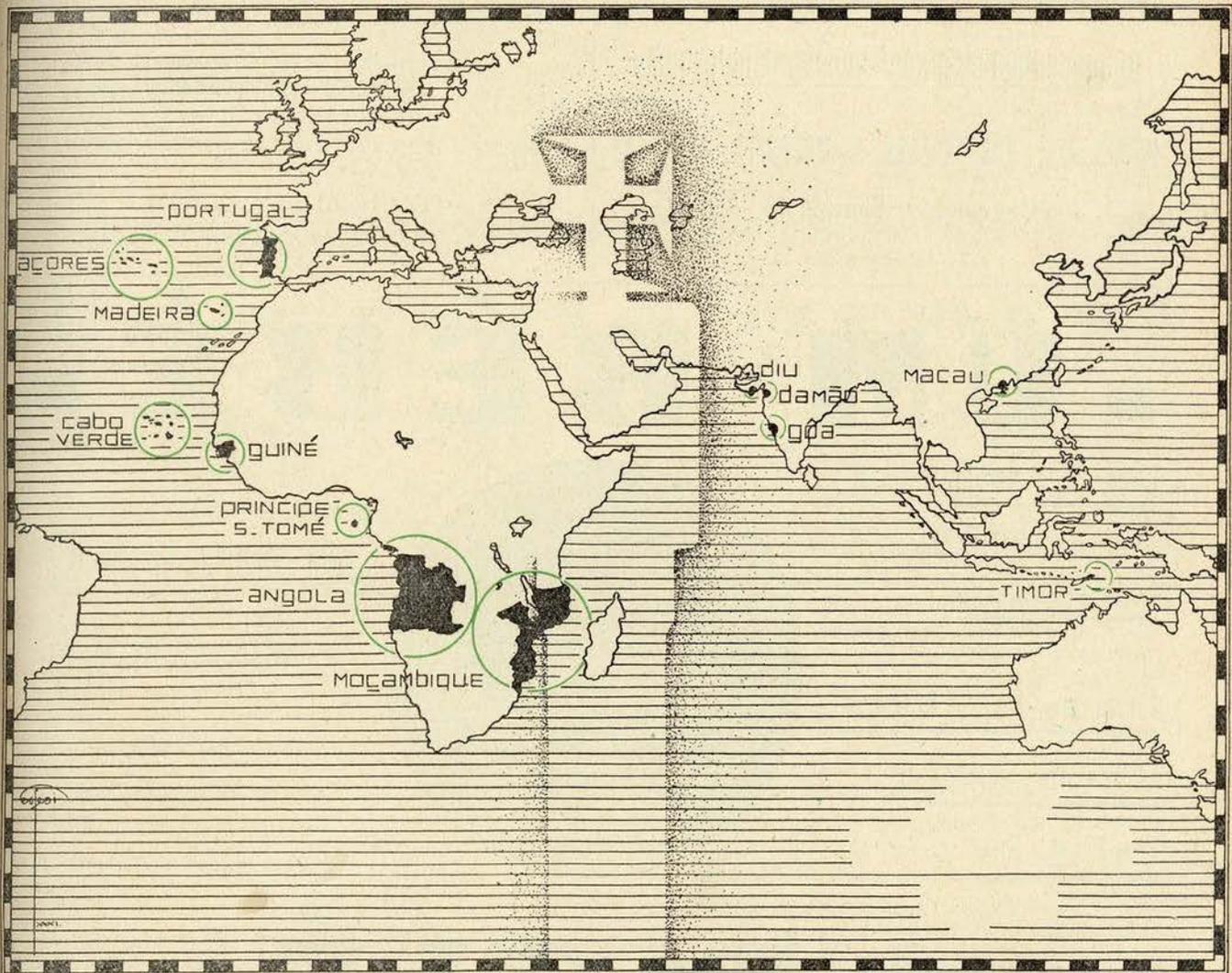


PORTUGAL COLONIAL

N.º 13

Março - 1932



Revista mensal de propaganda e
expansão do Império Português

MANTEIGARIA LONDRINA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
FORNECEDORES DA COMPANHIA
NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Especiali-
dade em
manteigas,
queijos e
conservas.
Variado



sortido em
artigos de
Meçearia,
Vinhos, Li-
cores e
Champagnes

DOMINGUES, VASCONCELOS & MESQUITA, LIMITADA

53, Rua Eugénio dos Santos, 55 -- LISBOA

Telephone: 2 7448

COMPANHIA PRODUTORA DE MALTE E CERVEJA PORTUGALIA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL ESC. 6.000.000\$00

ANTIGA FÁBRICA «GERMANIA»

115, AVENIDA ALMIRANTE REIS

LISBOA

Endereço telegráfico: PORTUGALIA-LISBOA

TELEFONES P. B. X. { DIRECÇÃO N. 298
EXPEDIENTE N. 1699

CÓDIGO TELEGRÁFICO: RIBEIRO

GRAND-PRIX — EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO
RIO DE JANEIRO, DE 1923 E SEVILHA, DE 1930

Prefiram as nossas acreditadas marcas de cerveja

«PORTUGALIA» e «PRETA»

(Tipo Munich)

— U M B É B É —

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado.

Purissimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíços

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

Nestlé & Anglo Swiss
Condensed Milk Co

Rua Ivens, 11-15 — Lisboa

Farinha
Lactea

NESTLÉ

O melhor
alimento
para crianças

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
REDACTOR-PRINCIPAL
J. DA FONSECA FERREIRA
EDITOR
ANTÔNIO PEDRO MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
Endereço Telegráfico
«MINERVA»
TEL. 2 4253
Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

DREÇO AVULSO
Metrópole..... 3\$00
Colónias..... 4\$00
(ASSINATURAS)
Metrópole (6 meses)... 18\$00
Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRAFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA

Visado pela Comissão de Censura



Uma carta mensal

de Portugal para as Colónias

Pelo dr.
Agostinho
de
Campos

NA nossa infância e mocidade aprendia-se nas escolas públicas nacionais que Portugal era um país essencialmente agrícola. Nunca ninguém nos disse, a nós, rapazes desse tempo, que Portugal foi, era e é, uma nação essencialmente colonizadora. Eu sabia que tínhamos colónias porque, como tôda a pequenada do tempo, fazia colecção de estampilhas, e no meu album luziam Macau, Timor, a Índia, Moçambique e Angola. Fora dessas fôlhas de brinquedo existia a sério apenas a Costa de África — um sítio vago, muito distante de Portugal e por-certo muito próximo do Inferno, para onde iam penar os ladrões e os assassinos.

Foi assim que o nosso regime constitucional compreendeu o dever cívico de dirigir as aten-

ções do país e as curiosidades e energias da mocidade para os imensos domínios que, por direito histórico, possuíamos no Continente Negro. Durante mais de meio século, desde a revolução de 20 e a independência do Brasil, pensou-se em tudo, menos nisso; e, entretanto, a nação essencialmente colonizadora continuou colonizando o Brasil independente, e a Nova Inglaterra, e a Califórnia, e a Guiana Inglesa, e as ilhas de Havai, e mil terras alheias, longínquas e desvairadas, que nos sorviam o melhor sangue, enquanto o pior ia esterilizando a chamada Costa de África.

Vieram depois outros tempos, felizmente; e, durante êsses mesmos, vários heróis isolados e abandonados, como Silva Porto, tentavam evitar as conseqüências da inércia e da miopia política. Mas essas não tardaram a vir: outras nações, depois de explorarem à vontade o cento de África, que no mapa ainda chamávamos nosso, não nos tendo encontrado lá, começaram a chamar-lhe seu. Podia ter sido ainda maior o castigo daquele meio século de abdicação colonial do Constitucionalismo. Tivemos sorte em não fi-

carros apenas com a Costa de África, de que falávamos não só com desprezo, mas com asco, completamente ignorantes de que ali se encon-



ENSINO COLONIAL ALEMÃO EM WITZENHAUSEN
Trabalhos agrícolas

travam, à nossa espera, quatro ou cinco dos melhores portos do mundo.

Hoje, e de há quarenta anos a esta parte, tem-se feito muito para aproveitar o muito que ainda nos ficou no Continente enorme que fôramos os primeiros a reconhecer, contornar e explorar. Assim o lembrava com razão e sem retórica o actual sr. ministro das Colónias, no seu belo discurso de 20 de Fevereiro último, perante os mestres e alunos de uma escola que se chama Superior Colonial e onde se formam, em perfeita consonância com o seu título, superiores coloniais, mas que precisa de ser completada com outras que preparem coloniais inferiores, isto é, propriamente colonos e colonizadores.

O Império (disse muito bem o dr. Armindo



ENSINO COLONIAL ALEMÃO EM WITZENHAUSEN
Museu colonial escolar

Monteiro) deve ser uma organização da energia nacional, uma colaboração de todos os momentos. E acrescentou que, para isso, é necessário

que «tôdas as rodagens da máquina administrativa e económica portuguesa trabalhem de concerto, como que movidas pelo mesmo impulso de uma energia gigantesca».

Meditemos bem estas sábias e avisadoras palavras. Rodagens da máquina administrativa e económica são, não só as escolas onde especialmente se preparam os futuros funcionários coloniais, mas tôdas as escolas, porque é nelas, sejam quais forem os seus títulos ou graus, que se temperam as futuras energias da Nação, é nelas que essas energias se podem afeiçoar e guiar (ou não) no espírito ou no sentido imperial.

O espírito de resignação e de aventura, que tem feito e continua a fazer de Portugal uma nação essencialmente colonizadora, já não basta hoje em dia para assegurar plenamente o futuro



ENSINO COLONIAL ALEMÃO EM WITZENHAUSEN
Alunos na forja da escola

do Império português. No mundo sobrepovoado e em briga consigo próprio pela fatalidade de uma concorrência cada dia mais implacável, é necessário que o nosso emigrante e o nosso colono se não encontrem perante outros em condições inferiores de energia e capacidade.

Sirva de exemplo o seguinte: existia na Alemanha, antes da Guerra, a escola colonial de Witzzenhausen; essa escola continua a existir e a preparar colonos, com uma frequência de alunos muito superior à que tinha antes da Guerra.

A Alemanha já não tem colónias, mas espera tê-las outra vez e para isso trabalha e lutará, com aquele espírito de persistência e de unanimidade nacional, de que tem dado provas cabais

na sua luta para se libertar das conseqüências da derrota.

Mas, em qualquer caso, aí a temos preparando centenas de rapazes para a vida colonial na casa própria ou na alheia, com um curso teórico e prático de seis semestres, sob a direcção de um grande colonial: o dr. Arning, médico e explorador de África, companheiro e colaborador, na paz e na guerra, do valentíssimo von Lettow-Vorbeck, que tão brilhantemente defendeu a África Oriental Alemã contra Portugueses e Ingleses. E tenhamos por certo que não é só com teorias, leituras, compêndios, e trabalhos práticos fingidos ou engrolados, que esses rapazes se educam...

... Quando se pensa no infalível sentimento das realidades com que os dirigentes portugueses dos séculos XV e XVI, armados de vontade, método e persistência, lançavam mão dos elementos técnicos ou científicos que andavam dispersos e assim transformaram a astrologia supersticiosa e charlatanesca em astronomia náutica—o que todos os povos marítimos da Europa podiam ter feito, mas só os Portugueses tentaram e consumaram—quando se medita bem nisto não se perde a esperança de que algum dia cessemos de continuar entregando ao puro acaso os nossos destinos e voltemos a empregar os meios, se é exacto e sincero que queremos os fins.

Os meios, hoje, são, como bem indicou o sr. ministro das Colónias, o aproveitamento e concentração das energias nacionais para a missão imperial que nos está aberta e nos chama a cumprir um dever superior. Deixemo-nos por uma vez de veleidades, de programas ocios, de legislorreias que não passam do papel. Escolhamos uma Sagres—e um apóstolo, carola ou maníaco para a animar com a sua fé, e dêmos-lhe tempo e liberdade. Fundemos uma escola a valer e temperemos aí um núcleo de regeneração física, intelectual e moral. Entremos no real e no concreto, porque só assim é possível sair deste entressonho em que andamos, dormindo acordados, a iludir-nos inglòriamente com palavras vãs.

O aniversário da "Portugal Colonial,"

O jornal *A Voz*, um dos raros que consente em ocupar-se da *Portugal Colonial* e entende que a sua acção não é justamente premiada com uma campanha de silêncio, cumprimentou-nos em termos muito affectuosos pelo nosso aniversário, transcrevendo parte do artigo do nosso director.

Agradecemos tanto mais efusivamente quanto é certo que não estamos habituados a estas manifestações de cortezia.

PORTUGAL COLONIAL

O sr. dr. Armindo Monteiro visitará as colónias portuguesas de África

Confirma-se, felizmente, o boato que dá como próxima a viagem do sr. dr. Armindo Monteiro às colónias africanas.

O interesse com que a notícia foi acolhida, quando era ainda um simples boato, dá bem a nota da oportunidade e da utilidade desta visita.

Nas nossas colónias agitam-se problemas complicados, cuja solução não se compadece com a simples acção a distância, que um Ministro pode exercer. A recente viagem do Ministro das Colónias francês, sr. Paul Reynaud, à Indochina, foi a demonstração exuberante—não só da vantagem mas também da necessidade de pôr os Ministros das Colónias em contacto directo com os problemas mais graves no seu ambiente próprio. O Parlamento, o Governo francês, não produziram em dois anos as medidas de alcance prático e immediato que Paul Reynaud ponde tomar na Indochina.

O sr. dr. Armindo Monteiro que na pasta das Colónias tem exercido uma acção política e administrativa que, a pesar de curta no tempo, é a mais sólida, metódica e generosa de todas que há muitos anos se têm exercido nesse velho casarão do Terreiro do Paço, é, por todos os títulos, o Ministro que mais benefícios pode levar às colónias com a sua visita.

Economista e financeiro de alta categoria, observador meticoloso, homem de estudo, de ponderação e de mocidade, levando consigo uma grande vontade e um pensamento genuinamente português, um entusiasmo sadio e um ideal claro de patriota—o sr. Ministro das Colónias vai encontrar em África a lógica, o bom senso e a razão que o prosequimento da sua obra carece e que o Império reclama para que se desenvolva, triunfe e subsista esta idea imperialista, tão nacional, tão antiga, e que êle, Ministro, tem definido como poucos.

Estamos, enfim, dentro duma Política Colonial. Felicitemo-nos e felicitemos o Ministro que a estabeleceu.

Por nosso lado estamos plenamente convencidos que esta visita pelas medidas a que vai dar lugar será desde o primeiro dia um grande acontecimento na nossa vida colonial política e administrativa.

A visita de Paul Reynaud às Colónias

Toda a imprensa colonial francesa põe em relêvo as vantagens e resultados da visita do Ministro das Colónias, Paul Reynaud, às possessões francesas de Alê-Mar. Não só pelas medidas de ordem política e administrativa que o Ministro tomou "sur place," como também pelo contacto que teve com os problemas e as necessidades de cada colónia, essa visita é unanimemente considerada como uma das mais felizes e proveitosas que os Ministros têm realizado.

Falta de espaço

Por absoluta falta de espaço fomos obrigados a reter alguns artigos e informações que publicaremos no próximo número, bem como a transcrição de dois artigos, um do *Diário de Notícias* e outro da *Revue des deux mondes*, que deviam sair neste número.

O Pensamento Imperial Português

Dois notáveis discursos do Sr. Ministro das Colónias

O sr. Ministro das Colónias pronunciou ultimamente dois discursos notabilíssimos.

Como os nossos leitores podem verificar o superlativo é apropriado. Temos, enfim, uma política colonial definida e um pensamento imperial constituído. O Império encontrou no sr. dr. Armindo Monteiro o construtor da sua realidade. A sua política está definida—e é a Política do Portugal imperial!

Transcrevendo na íntegra estes dois discursos a nossa revista julga arquivar nas suas colunas um acontecimento que tem, como ponto de partida lapidar duma grandeza e duma obra que são no seu espírito e na sua acção a própria missão de Portugal em pleno desenvolvimento, uma importância transcendente.

I

O Espírito Imperialista

Discurso pronunciado pelo Ministro das Colónias, sr. dr. Armindo Monteiro, na sessão de encerramento da Semana das Colónias, realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 20 de Fevereiro último

O passado e o presente fazem de nós uma nação imperial. Depois de Marrocos, edificámos o imenso império da Índia; independente o Brasil, soubemos ainda fazer, sôbre os marcos deixados pelos nossos grandes antepassados, o vasto império de hoje. Somos um povo que, na sua gloriosa tarefa civilizadora, nunca as desastavações do tempo e da vida conseguiram desanimar. Diz-se que as nações têm, como os homens, as suas épocas de ascensão, de apogeu e de declínio. Portugal parece destinado a renascer perpétuamente sôbre as próprias ruínas. Caída em Alcácer Kibir das alturas épicas a que uma vontade sobrehumana a tinha elevado, dir-se-ia que em 1580 a nação tinha morrido.

Maus intérpretes da história ensinaram-nos a ver, no Portugal restaurado, a mirrada sombra da grande pátria velha, um corpo animado de vida, depois de morto o espírito. Era mentira. Foi êsse o tempo em que construímos o Brasil. Além dos mares, a força da raça manifestava-se em criações magníficas. Depois do desmembramento do Reino-Unido e das lutas que fizeram do país, na primeira metade do século XIX, um campo sangrento, a nação tomou em África, outra vez, consciência do seu grande destino. No Ser-

tão nasceu e cresceu um espírito novo. Saídos da terra mãe, os nossos soldados, marinheiros e colonos transformaram-se, na selva, em obreiros duma grande pátria futura. Resgataram, com a sua grandeza e heroísmo, a mesquinhez das dissensões internas. Saldaram na história de Portugal,—com o valor, a persistência, a capacidade de sofrer demonstrada, nos grandes lances ou na luta contra as dificuldades diárias—a indiferença e a incompreensão com que a Metrópole pagava muitas vezes os seus esforços para a construção duma pátria mais larga e respeitada no Mundo.

Assim algumas das mais nobres gerações que a raça criou garantiram à nação, territorialmente, uma extensão imensa—que faz ainda de nós, um dos mais vastos países do mundo. Essas gerações pode dizer-se que são do nosso tempo.

Realizada, como foi, a obra de conquista e ocupação militar, bastaria para fazer a glória dos portugueses que a levaram até ao fim. Mas o balanço da sua acção deixa um saldo mais rico: êles salvaram para a nação o velho e indomável espírito da raça; e os seus feitos, pela fascinação que exerce tudo o que é grande, hão-de reintegrá-la na consciência de si própria.

Portugal, pode ser apenas uma nação que possui colónias ou pode ser um Império. Êste será a realidade espiritual de que as colónias sejam a corporização. A par da extensão territorial, o império resulta sobretudo da existência de uma mentalidade particular. Funda-se esta, essencialmente, na certeza, que a nação possui do valor da obra que já realizou, na vontade de a prosseguir ininterruptamente, na convicção de que pode prosseguí-la, vencendo todas as dificuldades—porque é êsse o seu direito.

Sem que esta mentalidade exista não haverá Império e não poderá haver política imperial.

Assenta êsse estado de consciência na sensação que o povo, do seu mais alto dirigente ao mais humilde obreiro, tenha a cada momento da grandeza da sua terra, da imprescriptibilidade dos seus direitos no mundo, das suas possibilidades de acção, do seu poder construtivo, do futuro próspero e glorioso que o espera e que êle, por suas mãos, há-de modelar como a mais preciosa argila. É um espírito de orgulho, de autoridade e de audácia, de decisão e tenacidade, inflexível muitas vezes diante dos indivíduos, certo de que tudo o que é nacional deve convergir para a realização do fim comum: o prestígio, a nobreza, a força da Pátria. É uma mentalidade afirmativa, isto é, construtiva. Apela para as virtudes que fazem as nações grandes no conceito dos homens:

a disciplina, a vontade de tudo sacrificar à grei, o sentimento de que o indivíduo é poeira que cai e de que só a Pátria é eterna. Avalia em pouco os mais duros sacrifícios. Reclama do homem tudo o que, em pensamento ou sentimento, amor ou ódio, actividade e coragem, êste lhe poder dar. Neste sentido é exclusivista; é incompatível com todas as ideas que possam acarretar enfraquecimento do seu domínio sobre as almas, do seu poder de realização, da sua vontade de aperfeiçoamento, de justiça, de ordem e organização. Procura afastar de si tudo o que o desanima, indisciplina ou diminui. Crê na Pátria como numa força perpétua viva, um pensamento activo, uma energia ardente que os séculos hão-de eternizar — e que, por haver conquistado um grande lugar no mundo, quer inflexivelmente mantê-lo.

Eu creio que êsse espirito imperial não nos falta já e que é por êle que, acima de tudo, nós somos um Império e que, em cada dia o seremos de modo mais intenso e perfeito.

Temos a consciência e o orgulho da grande obra realizada. A-pesar-do triste vício da maledicência em que tão facilmente caem os portugueses, todos aqueles que um momento detiverem o pensamento na nossa actividade ultramarina, terão de confessar que os frutos do trabalho das últimas duas ou três gerações são imensos e opulentos. Portos, estradas e caminhos de ferro, garantem um acesso já hoje fácil aos pontos mais importantes de territórios, que ainda há poucas dezenas de anos eram em muitos casos inacessíveis; campos desbravados e grandes culturas povoam já hoje regiões que ainda não há muito tempo eram consideradas com terror; aldeias, vilas e cidades, escolas, igrejas, oficinas, marcam e glorificam por toda a parte a energia lusitana. Nós amesquinhamo-nos facilmente. Mas olhando para esta magnífica obra colonial, poderemos com justiça perguntar: ¿Que povo faria outro tanto? Vinhamos de um período de apatia e de desânimo, de negativismo e de descrença: fivemos de encontrar nas profundas raízes da nossa vocação todas as forças com que nos elevámos e com que, dia a dia, construímos, em 50 ou 60 anos, praticamente, tudo o que está feito em S. Tomé, no interior de Angola e de Moçambique, na Guiné e em Timor. Temos de que nos orgulhar.

Pouca ou nenhuma ajuda recebemos de estranhos. Assentando seus lares nas próprias colónias, aí floresceu maravilhosamente o sentido imperial do nosso povo.

Talvez que durante anos e anos um punhado ilustre de soldados e de colonos tenha concentrado em si toda a ância de grandeza que obscuramente vivia na alma da nação. Mas a verdade é que raras vezes a esta terão faltado, nos campos de batalha, ou nas lutas contra as inclemências do meio, nas conferências ou nas chancelarias internacionais, os homens de audácia ou de pensamento, que, pela espada ou pela persuasão, lhe tenham dado, muitas vezes apagada e silenciosamente, as vitórias que a conservação e a dilatação do Império exigiam.

Agora porém, como maré que sobe, o espirito imperial vai-se reacendendo nas almas: e eu vejo já numerosos intérpretes e apóstolos que hão-de dar, a todo o país, multiplicando-se, a clara e brilhante visão do seu futuro, a fé no seu poder criador, a vontade que lhe há-de fazer desprezar como cousas de pequeno vulto, todos os obstáculos e dificuldades.

Esses obreiros têm ainda um largo campo a desbravar: mas há-de chegar a hora em que o Império passe do sonho de alguns para a «realidade» de todos.

Êsse espirito, pôsto ao serviço de Portugal, conduzi-lo-há à realização dos seus fins, numa marcha que nunca devemos imaginar triunfal—porque as nações que um dia entraram no caminho da grandeza têm de vencer perigos e dificuldades com que não tropeçam as que se vão contentando simplesmente com a ordem e a paz domésticas. Mas a estas, mais do que áquelas, faltam os elementos morais que afastam da vida social os torvelinhos violentos. A vontade nacional posta ao serviço de uma idea de império, bastará para afugentar o povo das contendas pequenas, porque nunca os grandes interesses ou os grandes idealismos fraquejaram deante do que é rasteiro ou mesquinho.

Deve-nos muito, pelo passado, e pelo presente, a civilização latina e cristã — cujas vias homens da nossa grei abriram até ao mais recuado Oriente. Por elas temos de caminhar no futuro.

O sentido do Império estará assim para nós longe de qualquer idea hegemónica: no concerto dos povos reivindicamos somente o direito de activos colaboradores. Na hora própria sobemos ser conquistadores ousados: mas êsse tempo passou e a grandeza da nação, que não se pode separar das epopeias que a enobrecem, está hoje ligada sobretudo ao desenvolvimento contínuo, harmónico e metódico das suas riquezas, à elevação moral, intelectual e material das suas populações. O Império será a unidade nacional posta ao serviço desta grande causa.

Só êste espirito evitará que Portugal seja apenas a nação que tem colónias. Se assim fôsse, poderia talvez limitar-se, a dominá-las e governá-las em proveito próprio.

Mas, preso a um ideal mais alto, Portugal, deve ser uma solidariedade viva em quatro partes da terra: como se esta fôsse a própria fonte da vida nacional, tôdas as populações portuguesas terão de ajudar-se e proteger-se mutuamente porque a tôdas a mesma bandeira cobre e a mesma língua têm de embalar: os mais fortes devem amparo aos mais fracos, os mais cultos aos que ainda não tiveram sabido ultrapassar os primeiros degraus do saber humano. Mas todos julgarão as cousas do mundo com um só pensamento: —Portugal; e apreciarão os interesses humanos com uma só medida: o interesse português.

Côncsia da sua união e querendo sucessivamente aperfeiçoá-la, a nação tem que ser forte — moral e materialmente. Hoje estamos, graças à obra formidável do Dr. Oliveira Salazar, em condições de ganhar força material que nos garanta no mundo um lugar digno.

Mas a força moral da nação só existirá plenamente quando a solidariedade de que falei se tiver transformado em disciplina consciente e voluntária. O Império deve ser uma organização de energia nacional, uma colaboração de todos os momentos. Quando chegarmos a êste resultado seremos um grande grupo humano que marcha unido para um destino que está para além da própria vida humana.

Para que o espirito de Império possa ser pôsto ao serviço do grande objectivo civilizador que mencionei, é preciso dar ao país uma organização que lhe falta ainda—para que, da Europa à Oceania, tôdas as rodagens da máquina administrativa ou eco-

nómica portuguesa trabalhem de concerto, como que movidas pelo mesmo impulso de uma energia gigantesca.

Será preciso, em hora próxima, dotar as Colónias com órgãos que na Metrópole interpretem as suas aspirações; mas é preciso que, os órgãos que localmente executam as deliberações idas do alto da hierarquia do Império, compreendam plenamente o pensamento que as dictou e dentro dele as cumpram.

Para que este resultado se possa atingir, liguei as minhas esperanças à Escola Superior Colonial—que eu queria pôr em situação de dar ao país os administradores ultramarinos de que elle precisa. Saíndo de uma só fonte, fortes com a mesma preparação, compreendendo as exigências da disciplina que o serviço do Império exige, os seus diplomados podem ser os mais activos agentes do espirito novo. Para isso precisam de levar da Escola não só o saber que à vida do funcionário é indispensável, mas o sentimento do dever, o entusiasmo e a dedicação por Portugal que, se não forem cultivados, nas almas juvenis, quasi anularão o valor da Escola.

Esta preparação moral tem tanta importância como a preparação técnica, porque os deveres que sobre os administradores coloniais pesam, exigem a fé e a isenção do apóstolo, a calma, a valentia, o espirito de sacrificio do soldado, o amor da justiça e a dignidade do magistrado,—e mais ainda: ilimitada dedicação pela causa pública, actividade infatigável, entusiasmo que contagie. Têm de ser, na Colónia, o modelo vivo e presente que, pela própria força do exemplo, impeça a indisciplina e obrigue ao respeito pela autoridade que representam e que devem olhar como um depósito, invisível mas sagrado, que, para o bem comum, a nação lhes confiou. Em todas as suas acções, por pequenas que sejam, procurarão enobrecer a função que exercem—para assim, minuto a minuto, prestigiarem Portugal.

No Ultramar, o espirito de Império deve dominar todos homens e todas as actividades: o orgulho de, ligados por um mesmo pensamento e pela mesma vontade, colaborarem na grande obra colectiva, começada há gerações, certos de que o país precisa da conjugação de todos os esforços, deve animá-los constantemente.

Assim o Império será uma nobre realidade. E a Pátria, lar de todos, receberá talvez deste espirito novo, a alma comum que alguns julgam perdida—talvez porque a ignoram.

II

A doutrina do Império

Discurso pronunciado pelo sr. Ministro das Colónias no banquete de confraternização da Escola Superior Colonial em 12 de Março de 1932

A reunião dos representantes de tantas gerações de alunos da Escola Superior Colonial deve ter dado a V. Ex.^a Sr. Dr. Moreira Júnior e a V. Ex.^{as} Srs. Professores, um grande momento de orgulho—compensando a dureza das lutas passa-

das com a alegria da obra que se vê erguida, vencendo o tempo, tornada mais sólida, vasta e útil, com cada ano novo. Podem V. Ex.^{as} olhar para a Escola com o sentimento de quem fundou uma nobreza cujo destino será engrandecer-se com a glória dos serviços prestados à Nação—o que, num dia que não pode vir longe, terá de constituir um quadro fundamental pela importância dos interesses morais e materiais que ao seu patriotismo e saber têm de ser confiados.

Não surpreenderia que, dispersos por todos os climas do mundo pelos mais diferentes destinos, separados pelas distâncias, longe do convívio directo com a Metrópole durante épocas em que convulsões extensas modificaram a aparência da vida colectiva e dilaceraram muitas das suas raízes mais profundas—os alunos da Escola Superior Colonial houvessem descurado os laços que os prendiam ao lar onde o seu espirito se tinha afeito às cousas coloniais ou enriquecido com ensinamentos e métodos novos. Esta reunião mostra que, superior às contingências da fortuna, um espirito nasceu e se formou já, transformando em ambições de todos os próprios fins da Escola, amalgamando numa grande solidariedade comum as esperanças dos que a frequentam ainda, a experiência dos que por ela há muito passaram, a ansia de aumentar o património moral e material da Nação que a todos anima. Este espirito pode ser uma grande força construtiva. A intimidade e solidez dos laços que uns aos outros prendem os diplomados, estreitará a solidariedade de todas as partes do Império, contribuindo para assegurar a permanência de um sentimento puramente português na direcção dos povos e dando uma poderosa garantia de continuidade à gestão dos seus negócios: sobre esse espirito poderá talvez edificar-se a unidade administrativa do Império, com que tantos têm sonhado, mas que nunca baixou das alturas do ideal ao domínio das seguras realidades.

Por ter pôsto ao serviço do país esta força, a Escola Superior Colonial tornou-se um elemento activo, do Império. Mas eu ousou dizer que no seu património deverá integrar-se glória ainda mais duradoura e nobre. Ligar gerações e gerações de trabalhadores, por um elo de camaradagem que seja no vasto mundo um foco de influência portuguesa, de certo é muito em si mas é pouco ainda em relação ao que a Nação reclama e espera. A Escola pode dar ao Império uma doutrina colonial, firmada na secular experiência do povo, meditada sobre as lições das nossas vitórias e das nossas derrotas, dos êxitos que coroaram as empresas em que nos empenhamos e dos reveses que obstaram ao desenvolvimento das ambições colectivas, uma doutrina que indique o futuro, depois de haver balanceado as virtudes e defeitos da raça. A Escola cumpre erguer uma «Ciência Colonial Portuguesa» sobre a base da nossa experiência ultramarina.

O campo de estudo é na verdade magnífico—no tempo, no espaço, na abundância e na riqueza dos materiais. Enchemos as cinco partes da terra com o alarido das nossas armas, o eco das nossas batalhas, os gritos de triunfo dos nossos guerreiros; ondas de todos os mares ouviram as melopeias dos marinheiros portugueses; todos os litorais viram passar os nossos navios e conheceram com elles, nas trágicas horas dos naufrágios, os limites do sofrimento humano; soldados, missionários, comerciantes, cru-

zaram a terra em todas as direcções, procurando penetrar os seus mais íntimos segredos: em todos os climas fomos ao encontro de povos desconhecidos—e em muitas latitudes fomos os primeiros a ensinar-lhes uma fé mais nobre do que a sua e a apontar-lhes o caminho de uma civilização de mais longos horizontes. Em contacto com gente de todas as raças, quasi podemos dizer que o génio lusitana inventou e pôs em prática todas as grandes fórmulas e princípios da colonização. Nenhum povo conta no seu activo uma experiência ultramarina mais antiga, larga, intensa e variada do que a nossa. Neste domínio tentamos todos os sistemas. Sobre os capítulos asiáticos, africanos ou americanos da história de Portugal, os relatos dos nossos viajantes, as observações dos homens de ciência, colonos e missionários que daqui saíram para conhecer, ou melhorar os homens poderíamos fundar a própria ciência colonial. Alheiar-mo-nos da experiência dos outros, poderia ser um erro por nos privarmos de comparações fecundas—mas não seria um absurdo. A todo o passo ouvimos citar aqui como lição e exemplo o que vai aparecendo de novo ou o que vão fazendo estrangeiros—que em muitos casos iniciam, com fórmulas que para nós seriam velhas se nos não ignorássemos tanto, uma carreira colonial que nós já percorremos longamente.

Faz-nos tão mal o exagêro das citações estranhas como o insofreado fervor de que sofremos por tudo o que é novo. Vivemos curvados sobre os outros, para aprendermos nêles ensinamentos que mais proveitosamente poderíamos tirar de nós próprios se severa e imparcialmente nos examinássemos, tendo em conta o que somos e, em cada caso, as possíveis reacções do carácter nacional. Não ficamos conhecendo os outros e continuamos na ignorância de nós mesmos. Este enlêvo por tudo o que não é nosso tem sido,—e naturalmente será, ainda, por muito tempo—uma fonte de erros e de calamidades na nossa administração. Os resultados alcançados pelos outros podem servir-nos de incentivo—mas os seus processos de trabalhos nas colónias não os deveremos nunca seguir sem uma crítica severa, destinada a mostrar que êles se adaptam realmente ao nosso feitio e psicologia e que, applicados aqui, darão, os resultados que dêles alguns países conseguem colher.

O nosso entusiasmo,—que bem aproveitado pode ser uma fôrça construtiva—deixa-se também facilmente seduzir por tudo o que tem a aparência de moderno; guiados por um leviano amor da novidade—como se fôsse bom tudo o que é novo—cerremos de coração aberto para riscos que a reflexão evitaria. A triste lei da vida é que a bondade real das cousas só o tempo a demonstra. Se não podemos esperar que os sistemas envelheçam para os aproveitarmos, a verdade é que não os devemos adoptar antes que uma prática sufficiente os tenha amadurecido, nem devemos pretender modelar com êles a nossa vida sem préviamente os haver-mos filtrado através da velha experiência lusitana.

Se eu ousasse apontar à E. S. C. a sua mais elevada finalidade, dir-lhe-ia que ela consistia em extrair de tôda a nossa história ultramarina os elementos de uma doutrina colonial portuguesa. Ela nos defenderia contra exotismos que se não compadecem com o nosso próprio feitio, e nos ampararia na luta contra novidades perigosas. Ela impediria que a preciosa experiência de tantas gerações que passaram

atrás de nós, e devia fornecer proveitoso ensino, se perdesse tristemente no esquecimento, como um legado inútil.

Essa doutrina, reflectidamente estabelecida, pertinazmente ensinada, difundida por convictos obreiros em todos os pontos do Império, daria ao país a noção exacta do seu lugar no mundo, das suas possibilidades, do seu destino na história, dos seus direitos—o que é muito—dos seus deveres—o que é muito mais. Um povo que queira organizar solidamente o seu Império e guiá-lo pelas largas mas difíceis vias do aperfeiçoamento moral, intelectual e material, tem de assentar a sua acção num pensamento claramente definido.

Conduzindo a nossa actividade às cegas, guiados mais pelo prodigioso instinto dos nossos soldados e colonos, do que pela razão fria, fizemos uma obra assombrosa. Que horizontes se abrirão a Portugal quando a marcha se nos iluminar com as claridades de uma doutrina moldada na nossa maneira de ser, saída da nossa experiência, tendo em conta os nossos meios de acção e proporcionando as necessidades aos recursos?*

Nos dados da experiência devemos fundar a organização do Império—para, das nossas incomparáveis qualidades de colonizadores, tirarmos um máximo de rendimento, anulando tanto quanto possível os inconvenientes que certas facetas do carácter português possam fazer surgir. De planos que excedem os nossos naturais recursos; de pressas que façam de todo o trabalho uma improvisação; de ambições que se transmudem rapidamente em derrocadas e em crises, de magnificências sonhadas que nunca subam além de mal cavados alicerces—temos fartos exemplos na nossa história, de que devíamos colher dura mas eficaz lição.

Se olharmos um momento para o estado presente da nossa administração colonial poderemos resumir numa pequena fórmula as duas grandes críticas que lhe podem ser feitas: falta de unidade de pensamento, falta de unidade de acção.

Veem daqui conseqüências do mais largo alcance. Todos os vícios administrativos que nos apontam cabem ali ou nos imediatos efeitos das faltas indicadas.

A nossa administração colonial não tem estabilidade. Os Ministros sucedem-se aos Ministros, os Governadores aos Governadores com uma rapidez desconcertante. Vai longe o tempo de Martinho de Melo e Castro—que geriu os negócios coloniais durante quasi um quarto de século. Em épocas próximas de nós, um mesmo ano chegou a ver muitos Ministros, à frente das colónias. Ora a governação muda com cada governador novo—ao sabor do seu pensamento, das suas ideas, amizades e preferências. A instabilidade é a acusação que desde há muito se vibra contra nós. Mudam os homens, mudam os planos, os princípios condutores, a interpretação das leis, a própria concepção da disciplina. Infelizmente chegaram as cousas a ponto que muitos julgam que, por exemplo, demittir um governador colonial é facto sem conseqüências sérias—que pode praticar-se por rasões de pequeno vulto. Temos de combater um tal estado de espirito, francamente lesivo do verdadeiro interesse nacional. A estabilidade é condição essencial de realização de uma grande obra administrativa. Se Lyautey não tivesse dirigido durante cerca

de 14 anos os destinos de Marrocos, o que seria hoje ainda essa rica e próspera região?

Se é difícil — para não dizer impossível — tomar precauções contra a instabilidade ministerial, julgo que o mesmo se não pode dizer em relação à permanência dos Governos Coloniais. Transformando a hierarquia administrativa numa carreira, num quadro fechado, com as suas promoções e selecções regularmente estabelecidas, alguns dos males que da insegurança presente adveem se evitariam decerto. Um quadro bem organizado daria um espírito de corpo aos indivíduos que o compothessem: e esse espírito garantiria uma certa permanência nos critérios administrativos, na marcha dos negócios públicos.

Se conseguíssemos criar uma tradição suficientemente forte neste sentido, garantiríamos talvez, na falta da estabilidade dos homens, ao menos uma certa continuidade na obra — a continuidade que daria a certeza de que os esforços de um dia se não perderiam com a mudança do dia seguinte.

Toda a dificuldade estaria em criar, nos funcionários que para esse quadro entrassem, uma unidade espiritual que os armasse contra as mudanças do Poder: seriam elles os guardas fiéis do pensamento colonial português, os seus intransigentes executores.

Das variações do pensamento dirigente, resulta uma má ligação entre as administrações centrais e as locais. Só com uma persistente acção para a boa coordenação dos esforços poderemos chegar a resultados sérios; só o tempo pode dar a todos os elementos da administração colonial a possibilidade de trabalharem num mesmo espírito. ¿Que remédio encontrar para este mal? Se não podermos conseguir as estabilidadees, só o ensino e a propaganda podem prestar-nos socorro. Têm de ser elementos estranhos à própria administração os inspiradores da sua acção — criando correntes de opinião tão fortes que ninguém possa tentar desobedecer-lhes.

Hoje cada colónia é administrada algumas vezes com a idea de atender essencialmente às suas próprias necessidades, esquecendo-se em certos casos de que são partes de um todo, dentro do qual devem funcionar harmònicamente. Fomos talvez longe de mais na applicação do princípio da autonomia. Falta só dos homens? Não o podemos dizer. Mas, a meu ver, erro no sistema adoptado.

Do campo puramente administrativo este estado de espírito alargou-se para a vida económica. Quem folhear as estatísticas comerciais das nossas colónias poderá encontrar exemplos curiosos deste facto.

Caminhamos assim para uma situação facilmente remediável, mas que tem de se tornar pública, para que, na Metrópole e nas Colónias, surjam as reacções necessárias.

O sistema da autonomia administrativa e financeira das colónias é irremovível, — mas devemos transformá-lo lentamente até conseguirmos uma autonomia fiscalizada e coordenada: autonomia responsável dentro de um sistema geral de cooperação perfeitamente estabelecido. Não vão talvez neste sentido as teorias correntes; seguindo conhecidos tratadistas acharíamos ousadia romper assim contra princípios que a muitos se afigurão sagrados. Mas um país tem que escolher entre a defesa da sua unidade, e a concessão de autonomias tão latas que a integridade nacional seja apenas uma aparência, vivendo dentro do seu isolamento os elementos constitutivos da nação como se uns aos outros se desconhecessem,

às vezes por ventura mais vizinhos de interesses estrangeiros do que de interesses nacionais.

Por mim entendo que devemos optar pela unidade.

Nada tem para nós de ameaçador este problema. É muito vivo em tôdas as colónias o sentimento português. Mas devemos evitar que o mais pequeno germen de desunião se introduza entre elas e a metrópole. Tudo o que no mundo é português deve viver numa estreita solidariedade e de tal modo que nenhum interesse reconheça como superior ao seu próprio.

Desta falta de coordenação, imperceptivelmente nasce nas colónias um sentimento de confiança em relação a tudo o que vem da metrópole ou parte da iniciativa do governo Central. A lenda da indiferença deste encontra um meio facilmente acessível. Permitam-me que eu chame a atenção dos jornalistas do meu país para esta circunstância: apresentar às colónias, o Governo Central em posição desfavorável é um erro que a Nação pode pagar muito caro. Trato aqui de interesses portugueses tão altos que me parece que estas palavras têm de ser acolhidas por todos os corações portugueses como um simples brado de patriotismo. Os que as não tiverem em conta, cultivarão de facto em cada colónia uma mentalidade própria, um sentimento seu.

Depois, até à ideia da irresponsabilidade de cada colónia, perante o Império, vai apenas a distância de um curto passo. Mas a verdade tem de dizer-se: todos os actos dos governos ultramarinos, directa ou indirectamente comprometem a Nação inteira. O crédito de cada colónia é o crédito do Império. Tudo o que concorra para aumentar ou diminuir aquele, alarga ou restringe este. Em todos os pontos do território português, na Europa ou na Africa, na Ásia ou na Oceania, tem de administrar-se com este pensamento. O nome da Nação está confiado à guarda de todos.

Sobre a administração das Colónias deve por isso o Governo da República reservar-se os mais largos poderes de fiscalização; mas para que esta possa exercer-se de modo eficaz, é indispensável que um mesmo pensamento guie tôdas as actividades públicas durante longos períodos de tempo. É este o objectivo fundamental a atingir.

Para o conseguirmos creio que é indispensável reformar profundamente a organização imperial. Temos de encontrar uma fórmula que dê ao corpo colonial da Nação a unidade necessária.

Concebendo-se o império como uma grande solidariedade, em que tôdas as actividades públicas convirjam para a realização dos fins comuns, uma consequência se impõe na ordem administrativa: a de que os serviços destinados a satisfazer interesses comuns devem estar subordinados à mesma direcção. Haverá assim que distinguir entre os serviços a que chamarei imperiais e os de colónia.

Os primeiros devem depender directamente do Governo da República. Os outros serão o campo de acção das autonomias coloniais: A nossa experiência ensina-nos a vantagem desta distincção.

Tudo o que no Império é comum deve ser dominado por ordens que venham da mesma fonte. Este é o princípio. Pode acontecer, evidentemente, que as conveniências da execução aconselhem que, em certos casos, as autoridades coloniais intervenham nos serviços imperiais: nada se opõe a que

isso aconteça, desde que essas autoridades actuem como delegados do Poder Central. O interesse da unidade administrativa da Colónia pode exigir até que as determinações emanadas do Governo não sejam directamente transmitidas aos próprios serviços do Império mas às autoridades que a hierarquia estabelecida na colónia indicar: assim deverá proceder-se. Mas trata-se de uma pura questão de forma em que tôdas as conciliações são aconselháveis, desde que não prejudiquem o princípio indicado.

Quais devem ser os serviços imperiais? A lógica da ideia fundamental de que parti e as conveniências claras da administração pública mandam que, nessa categoria, sejam abrangidos todos os que respeitam às relações externas, à defesa militar, à justiça, às relações das colónias entre si e com a metrópole, à representação política do Governo da República junto das populações, à contabilidade pública e à fiscalização do orçamento.

Serviços imperiais, devem ser ordenados e regidos com o critério de colaboração comum — isto é a ideia da consciente subordinação de todos ao interesse geral, deve presidir à sua direcção.

Temos por isso de criar uma organização destinada a interpretar esse interesse e a efectivá-lo. A primeira destas funções tem de confiar-se a um Conselho de Império, em que todas as colónias se achem directamente representadas, Conselho que terá de ser ouvido obrigatoriamente sempre que de interesses comuns se trate para que a voz das colónias se faça ouvir perante a Nação; o Ministério das Colónias será, em relação aos serviços do Império, o organismo de decisão e de execução, e no que respeita aos serviços coloniais, o organismo de fiscalização.

¿Caberá, dentro d'este quadro, toda a organização Imperial?

Julgo que não.

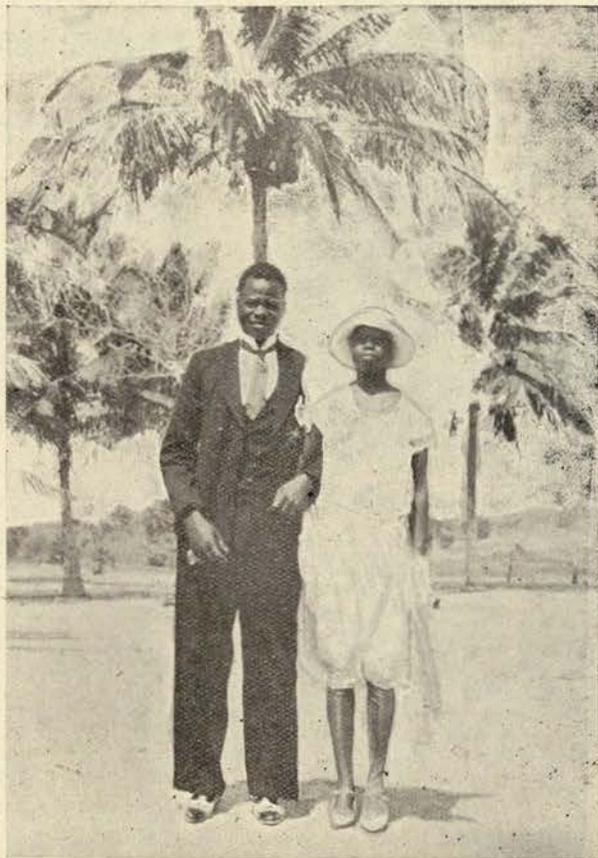
Devemos fazer uma integração mais intensa ainda das colónias na vida nacional—já levando a sua representação à Assembleia legislativa, já coordenando a sua actividade económica com a da metrópole no Conselho Superior da Economia Nacional, em que uma actividade tão larga lhes foi reservada.

E todo este maquinismo deverá funcionar em obediência a quatro princípios fundamentais: a subordinação política ao Governo da República, a possibilidade de revogação de toda a legislação publicada nas colónias, o perfeito equilibrio do Orçamento ordinário destas, a coordenação das actividades económicas metropolitanas e coloniais.

Acima de tudo a Nação procurará garantir a todos os elementos que a constituem o desenvolvimento regular, contínuo e harmónico dos seus recursos. Afirmará assim a estreita solidariedade de todos os territórios e populações portuguesas.

O problema fica apenas esboçado: encontrando-me entre pessoas directamente presas à causa das colónias, parece-me que não devia perder a ocasião de fixar a atenção de todos em tão graves matérias. E quis que estas palavras do Ministro das Colónias fôsem ditas numa reunião, que tem o valor de um símbolo—pois que vejo aqui ligados intimamente, formando um grande bloco sentimental, os filhos de uma Escola em que a Nação deve ver os mais activos obreiros da unidade que, acima de todos, desejamos forte: a unidade espiritual do Império—que eternamente prolongue Portugal para além dos Mares.

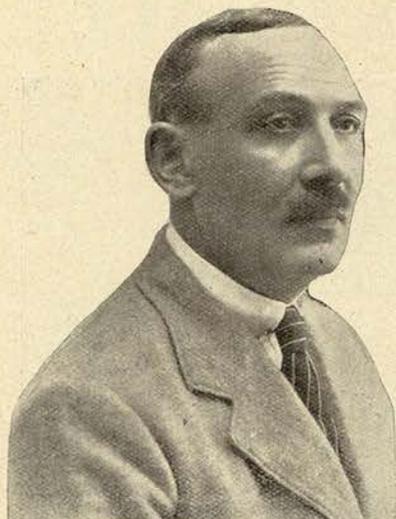
MOÇAMBIQUE



Um casamento na cidade — Os noivos depois da boda

EXPEDIENTE

Com o próximo número iniciaremos a cobrança das assinaturas referentes ao terceiro semestre. A todos os srs. assinantes de Angola de quem não podemos cobrar, pelo correio, as assinaturas, por motivo da falta de transferências, rogamos a fineza de nos enviarem a importância das suas dividas (Ang. 24.00 por semestre) em moeda local, dentro de carta dirigida à nossa Administração, Rua da Conceição, 35, 1.º — Lisboa.



CORONEL JOSÉ CABRAL

O que pensa o Governador Geral de Moçambique sôbre alguns dos problemas mais instantes da Colónia

Uma entrevista com o coronel sr. José Cabral

A presença do sr. coronel José Cabral em Lisboa deu-nos o feliz ensejo de o entrevistar sôbre alguns dos mais salientes problemas de Moçambique. O Governador Geral da nossa grande colónia da Africa Oriental era a pessoa mais indicada para nos falar dêsse Portugal distante que êle tão bem conhece e ao qual tem prestado relevantísimos serviços.

Tendo assumido o Governo Geral de Moçambique numa hora difícil, após a falência das «estrêlas» que a Metrópole para lá tinha enviado como Altos Comissários, numa experiência infeliz, o sr. coronel José Cabral exerceu uma acção política e administrativa, tôda feita de bom senso, do conhecimento profundo que tinha das cousas da Colónia, de tato e de energia, uma acção que deu a Moçambique dias muito diferentes daqueles em que tinha vivido.

A *Portugal Colonial* não podia deixar de ouvir o ilustre colonial — o homem que conseguiu o milagre de levar a sua comissão a cabo e ser ainda reconduzido.

S. Ex.^a atendeu-nos com a maior das amabilidades e concedeu-nos a honra de conversar conosco sôbre as cousas de Moçambique antes de voltar a assumir o seu alto cargo.

Preguntamos, uma vez que é a crise o «leit-motive» e o fantasma de todos os problemas coloniais:

— ¿ Quais os efeitos da crise sôbre Moçambique?

A desvalorisação da sua produção exportável, por virtude da baixa geral das cotações — responde-nos imediatamente o sr. Governador Geral de Moçambique.

E acrescenta:

— Embora se note já uma ligeira melhoria nas cotações, o certo é que a desvalorisação de alguns produtos chegou a exceder 50 %, e é por esta circunstância que o valor da exportação da Colónia não tem acompanhado o seu progressivo aumento em quantidade, tendo até diminuído consideravelmente de 1928 para 1930.

Por outro lado, o comércio de importação, acompanhando a marcha progressiva da Colónia, longe de diminuir o volume das suas transacções, antes o aumentou, atingindo o seu máximo em 1930. Dêste modo, o desequilíbrio da balança comercial tornou-se particularmente notável naquele ano, em que o valor da importação atingiu a enorme cifra de £ 3.577.559, em-

quanto o da exportação não ia além de £ 1.574.889. Um *déficit*, portanto, de £ 2.002.670!

Sob êste aspecto a análise do mapa que lhe entrego mostra bem a situação da parte da Colónia administrada directamente pelo Estado.

E o Governador Geral de Moçambique mostra-nos o quadro seguinte:

Anos	Exportação de géneros de produção ou indústria da colónia		Importação Valor em libras	Déficit da balança comercial — Valor em libras
	Toneladas	Valor em libras		
1926	111.060	1.499.744	2.146.267	646.523
1927	138.275	1.801.195	2.641.151	839.956
1928	150.030	1.863.901	2.957.378	1.093.477
1929	169.204	1.825.513	3.111.454	1.285.941
1930	177.516	1.574.889	3.577.559	2.002.670

Para cobrir os *déficits* e manter o equilíbrio da sua balança de pagamentos, tem servido à Colónia os seus outros recursos ouro, provenientes dos serviços que prestam à União da Africa do Sul o pôrto e Caminho de ferro de Lourenço Marques; da emigração de indígenas para o trabalho nas minas de ouro e carvão do Transvaal; do turismo, etc.

Para o *déficit* de 1930 não bastaram porém estas entradas-ouro, o que trouxe como consequência a dificuldade de transferências, generalizando-se a crise a todas as actividades da Colónia.

A procura de ouro para solver compromissos, por parte de uns; um natural movimento de defesa, por parte de outros, que accorrem a converter em ouro o que possuíam em escudos; e, finalmente, a pura especulação, inevitável quando surgem circunstâncias desta natureza, contribuíram para que se tornasse mais particularmente grave a dificuldade de transferências.

— Na opinião de V. Ex.^a, ¿ de que modo pode a Colónia atenuar os efeitos da crise?

— Aumentando o valor da exportação e diminuindo o da importação, por forma a não ser excedida a capacidade de pagamentos no exterior.

Ora o aumento do valor da exportação, desde que a Colónia não é possível impôr melhores cotações para os seus produtos, exige um considerável acréscimo de produção que, a despeito de todas as protecções dispensadas às actividades da Colónia, só muito lenta e difficilmente se conseguiria, se as condições actuais o permitissem.

Para isso, seria necessário investir novos e avultados capitais nas explorações, o que não deve ser fácil numa época de crise geral, em que os capitalistas se não sentem por certo animados a envolverem-se em aventuras.

Muito pelo contrário se pode observar que, não só as empresas novas não surgem, como também as antigas procuram diminuir quanto podem os seus encargos, restringindo até a produção, em vez de a alargar. É o que já está sucedendo com a indústria açucareira, que desde 1930 vem baixando a sua produção, tendo a maior companhia acabado por suspender a laboração de uma das suas fábricas.

Diminuir a importação, é de mais fácil resultado e de efeito mais imediato. Foi o que se tentou fazer com o Diploma Legislativo n.º 301, de 25 de Abril de 1931, que aumentou fortemente os direitos alfandegários sobre os artigos considerados de luxo ou de menos necessidade.

Outras medidas se deverão tomar ainda, como restabelecer a cobrança em ouro de algumas receitas da Colónia e reter parte das cambiais de exportação, a exemplo do que se fez na Colónia até 1926, na Metrópole até muito recentemente e se adoptou há pouco, em Angola.

Seria esta a maneira de retirar da especulação uma considerável soma de ouro que, bem utilizada nos pagamentos a fazer no exterior, evitaria o recurso ao mercado clandestino, facilitando necessariamente as transferências.

—¿ Quais os problemas urgentes a resolver?

—O mais urgente, pela repercussão que tem na economia geral da Colónia, é o das transferências, mas esse, felizmente, julgo-o em via de solução, pelo interesse com que dele se tem ocupado S. Ex.^a o Sr. Ministro das Colónias. A conclusão dos Caminhos de Ferro de Moçambique e de Quelimane e a construção de outros, como o de Tete e talvez o do Limpopo, seriam a garantia do desenvolvimento de vastas e ricas regiões, capazes de grande produção mas hoje ainda inacessíveis quasi.

Com a resolução d'este problema, solucionar-se-ia ao mesmo tempo, o da crise de trabalho, pela utilização da actividade de muitos nacionais desempregados nas construções.

Mas, uma obra destas, só pode realizar-se com a urgência requerida, à custa de despesas extraordinárias que as disponibilidades do orçamento não comportam, muito principalmente quando, como agora, as receitas da colónia, tendem a diminuir.

O caminho de ferro de Moçambique, mandado construir em 1912—há vinte anos!—não tem mais do que 200 quilómetros de via construída! É certo que este facto é devido em parte à falta de continuidade administrativa, mas a causa principal da lentidão com que tem sido executado, é, sem dúvida, a carência de recursos financeiros para tal fim.

—Não ignora V. Ex.^a decerto, as acusações que fazem a Moçambique sobre a sua desnacionalização. . . ¿ Segundo V. Ex.^a qual o valor dessas acusações e o seu parecer sobre a nacionalização?

—Tenho observado, de facto, que na Metrópole existe a impressão de que Moçambique é a menos portuguesa das nossas colónias. A propria Imprensa, muitas vezes, quando a ela se refere, não hesita em classificá-la d'esse modo. E, no entanto, nada de menos verdadeiro.

Se encararmos a questão sob o ponto de vista económico, é infelizmente certo que em quasi todos os empreendimentos de vulto lá está o capital estrangeiro, mas isso não é exclusivo de Moçambique. Succede o mesmo noutras colónias, e até na própria Metrópole, porque o capital português, pouco dado a aventuras, parece ter horror a empregar-se nas colónias. Mas se a estudarmos por outro lado, examinando o censo da população não indígena de 1928, que é o mais recente, verificamos que, para o total da população europeia, a que mais interessa sob o ponto de vista nacional, as percentagens são de 79,4 de portugueses para 20,6 de estrangeiros das mais diversas nacionalidades, mas em que os britânicos predominam com a percentagem de 11,3.

—É, na verdade, elevada esta percentagem de estrangeiros mas é preciso não perder de vista as condições especiais em que está Moçambique, com uma extensa fronteira e dando acesso ao mar, mercê da sua posição geográfica e dos seus excelentes portos, a grande parte das colónias vizinhas, de considerável população europeia e muito desenvolvidas. São, por isso, numerosos os estrangeiros, principalmente britânicos, que em qualquer momento se encontram em território de Moçambique, em trânsito, como turistas ou a bordo dos navios e todos os que estavam na colónia no dia em que se procedeu ao censo foram incluídos nele.

Enquanto os portugueses se podem considerar a população fixa da colónia, os estrangeiros constituem, em grande parte, apenas a população flutuante.

As maiores percentagens de estrangeiros registam-se nos territorios de Manica e Sofala—46,3; nos do Niassa—33,8; no distrito de Tete—13,6; e no de Lourenço Marques—14. É nestes distritos e nos territorios de Manica e Sofala que se encontram os caminhos de ferro e os portos que os ligam às colónias vizinhas.

Notando-se que os caminhos de ferro que atravessam as regiões de Tete e Manica e Sofala, são concessões estrangeiras, com pessoal estrangeiro, explicam-se naturalmente os números elevados das percentagens respectivas. De resto, a percentagem de estrangeiros tende a diminuir, especialmente no distrito de Lourenço Marques onde se concentra mais de 60 % da população europeia da colónia, em virtude de várias medidas tomadas pelo Governo e Câmara Municipal, entre elas, a passagem para a administração do porto, dos serviços de cargas e descargas que eram exercidos por empresas estrangeiras, com excepção de um único caso, e a imposição feita à sociedade recrutadora de trabalhadores para as minas do Transvaal, de empregar só nacionais nos serviços de contacto directo com os indígenas, actos de meu governo, cuja intenção vincadamente nacionalista responde à última parte da sua pergunta, dando-lhe o meu parecer sobre a nacionalização.

Sob o ponto de vista da população indígena, os principais elementos que podem concorrer para a sua desnacionalização são a emigração para o Transvaal e as missões estrangeiras.

A pouca permanência que o indígena agora tem

A Grande Imprensa e as Colónias

nas minas, em virtude da última convenção que tornou a repatriação obrigatória de facto, dissipa tôdas as apreensões a êsse respeito. Os nossos indígenas nunca deixam de afirmar que são portugueses tendo nisso muito orgulho, e da ida às minas apenas adquirem, entre êles, a importância que a si próprias dão as pessoas viajadas, em presença das que o não são. Nada mais lhes fica que os distinga dos outros, sob o ponto de vista da nacionalização.

A influência desnacionalizadora das missões estrangeiras, grande sem dúvida, mas que não atinge as exageradas proporções que lhe atribuem, tem sido sempre patrioticamente combatida pelas missões portuguesas e sê-lo-á ainda mais, no futuro, com o auxílio das numerosas escolas rudimentares para indígenas que se vão espalhando pelo interior, em todas as circunscrições civis, na quasi única preocupação de difundir a língua portuguesa e de chamar as crianças indígenas ao nosso convívio. Em todas as escolas e missões, mesmo nas estrangeiras, não se ensina hoje outra língua que não seja a nossa. Não foi sem resistências de tôda a ordem que os diplomatas que regulam êste assunto conseguiram impôr-se, mas a boa vontade de todos acabou por triunfar.

Foi nesta intenção nacionalizadora que durante o meu govêrno foi organizado todo o ensino dos indígenas, que, em resumo, consiste no seguinte: escolas rudimentares, dirigidas por professores indígenas; escolas primárias nas sedes das circunscrições, dirigidas por professores europeus, que são ao mesmo tempo inspectores das escolas rudimentares; escolas de artes e ofícios em todos os distritos; e, finalmente, uma escola de preparação de professores indígenas para as escolas rudimentares do govêrno e das missões nacionais e estrangeiras.

Esta obra nacionalizadora não se limitou apenas aos indígenas do sexo masculino; tornou-se extensiva aos do sexo feminino, que têm já a sua primeira escola profissional em Lourenço Marques. No intuito de criar uma assistência de carácter educativo à mulher indígena, tem o govêrno protegido o mais que tem podido, as missões religiosas portuguesas, subsidiando-as especialmente para a construção de magníficos internatos para raparigas, de uma lavanderia e de uma casa de regeneração das presas.

E como rechaçando as últimas dúvidas que podessem existir, numa afirmação convicta:

— Não. O português de Moçambique não é um desnacionalizado. No seu contacto forçado e constante com estrangeiros revigora até o seu patriotismo. Nem a nota, tão portuguesa, da capa e batina dos estudantes falta em Lourenço Marques, apesar de não ser trajado muito apropriado ao clima.

E uma prova de que os interesses de Portugal estão acima dos próprios interesses dos colonos de Moçambique, está na forma como são geralmente bem recebidas todas as medidas que se adoptem para o desenvolvimento do intercâmbio comercial com a Metrópole. O que é pena é o fraco resultado que se tem conseguido. Com uma protecção pautal nunca inferior a 50 %, e que nalguns casos vai até mais de 90 %, pequena é ainda a percentagem que as mercadorias nacionais teem na importação da Colónia. Salvo pequenas excepções, a despeito de tôda esta protecção, não concorrem nem em preço nem em qualidade, com as estrangeiras!

Para terminar, preguntamos:

A grande imprensa dêste País colonial, como a grande imprensa de quasi todos os países coloniais, não dispõe em geral de espaço para se ocupar dos problemas e das cousas das colónias. É um facto. E êste facto ainda ultimamente foi ásperamente criticado no Congresso Internacional da Imprensa Colonial.

Pois bem. A juntar ao seu silêncio — como se êle não bastasse — vêm agora as palavras mais impróprias e menos oportunas.

O *Diário de Notícias* publicou em fundo de 25 de Fevereiro um artigo, «As colónias que chamamos nossas...», em que se dizem preceitualmente cousas como estas: «Faça-se o balanço da vida económica de Angola, por exemplo; o que ali se vê de vulto, proporcionado à grandeza do território e às possibilidades do meio, ou é estrangeiro ou feito com dinheiro estrangeiro».

E assim por diante, levando a fazer crer cá dentro e lá fora esta monstruosidade: As colónias que chamamos nossas... são apenas nossas porque nós o dizemos, porque o nosso esforço para as valorizar tem sido nulo e porque tudo o que elas valem se deve a estrangeiros.

Concordemos que, a-pesar-de tudo, era preferível o silêncio. O sr. comandante Sales Henriques, justamente indignado com a falsidade, tanto mais perigosa quanto é certo que o nosso meio acolhe com simpatia todas as ideias derrotistas, respondeu ao jornal, opondo às suas palavras levianas os factos exuberantes que demonstram que essas colónias que chamamos nossas o são por virtude do nosso esforço, do nosso dinheiro e da nossa capacidade colonizadora — os factos que provam que a acção dos estrangeiros nas colónias se tem exercido não em nosso benefício, mas em benefício dêles — acrescentando que é insensatez e falta de patriotismo dar àqueles que cubicam as nossas colónias um pretexto falso e opiniões presumidamente nacionais para se ativarem as campanhas com que tantas vezes nos agravam.

Pois a esta carta responde o *Diário de Notícias* que apenas teve intenção de «ressuscitar o problema colonial e mostrá-lo sob um aspecto suficientemente rude e pessimista para que todos sentissem a necessidade de voltar a interessar-se por êle».

Como processo de propaganda colonial é famoso!

Preferimos realmente o silêncio da grande Imprensa — se é desta forma que ela o quebra.

Portugal comprou no estrangeiro, durante o ano de 1931, os seguintes produtos que as Colónias lhe podem fornecer:

Algodão em caroço, rama ou cardado.....	Contos	81.274
Algodão em fio	"	9.673
Lã	"	12.052
Gado vacum.....	"	3.380
Couros	"	7.588
Linho	"	1.248
Madeiras	"	7.420
Sementes oleaginosas	"	42.440
Óleo de palma em bruto.....	"	7.202
Tabaco.....	"	25.029
Adubos	"	4.912
Sêda (fio).....	"	15.146
Arroz	"	29.677
Cereais em grão (excepto milho e trigo).....	"	3.714
Feijão.....	"	1.309
Trigo em grão	"	47.597
Chá.....	"	19.097
Café.....	"	4.936
Total.....	"	323.694

É uma onda de ouro que o estrangeiro nos leva todos os anos.

— ¿Pode encarar-se confiadamente o futuro da Colónia?

— Sem uma hesitação! — são as últimas palavras do sr. Governador Geral de Moçambique.

Projecto de Fomento Geral d'Angola,

por colaboração do Estado com as iniciativas particulares
unificadas sob a forma de Companhia

Por HENRIQUE DE PAIVA COUCEIRO

Antigo Governador Geral de Angola

(Continuação do n.º 12)

e) Cacau

É planta verdadeiramente tropical, que só póde cultivar-se dentro da zona mais próxima do Equador, e bastante exigente quanto a clima e mais condições de cultura. Originária das regiões tropicaes da America, entre o Brazil e o Mexico e por ahí cultivada, tem sido demais introduzida em varias outras regiões (Ceylão, Indias Orientaes holandezas, Costa do Ouro, Camarões, Togo, Congo francez, e belga, S. Thomé e Príncipe, etc.).

Em S. Thomé, conhecemos o exito brilhante da cultura. Mas as condições que ali se reúnem, não são faceis de encontrar.

E em Angola, as exigências acima aludidas não de, certamente, limitar bastante as areas de tal cultivo.

Tem no entretanto probabilidades de futuro comercial essa cultura nos terrenos de Mayombe (Enclave de Cabinda) visto que o visinho Mayombe belga já tem feito exportações do genero, e mesmo no nosso territorio já tem sido cultivado, dando bons productos.

O terreno de Casengo, pelo contrario, ou a maior parte dos terrenos de Casengo, não possui as condições proprias, segundo a opinião de Gossweiler, antigo director do Horto Experimental de Casengo, embora as plantas, a principio, se apresentem com aspecto animador.

No Amboim é que póde talvez afirmar-se, sem erro, a existência de terrenos proprios, e condições convenientes. Paiz montanhoso da 2.ª região de Welwitsch, apesar de situado a perto de 11 graus de latitude, quer dizer, a grande distancia do Equador, a sua flora luxuriante é quasi equatorial. Grande humidade, riachos numerosos, terreno muito fertil,—os cacoeiros tem sido ali plantados com successo esperançoso, desde que se escolham os logares com criterio.

Convem fazer experiencias no Cuanza e Dande, e no Bengo, onde já tem sido experimentado.

f) Canna saccharina, assucar, alcool

Cultura e industria praticadas ha longos annos na Provincia por europeus,—limitâmo-nos a citá-las. Embora, n'um Paiz onde o patrocínio da investigação scientifica tão pouco se exerce, haja bastantes

probabilidades de que, apesar da longa practica, essas cultura e industria só tenham a ganhar com os bons Conselhos da Assisténcia Technica, n'um ou outro ponto de vista,—ou seja para a conquista dos rendimentos maximos da canna por hectare, e da sua riqueza saccharina,—ou seja para o melhoramento dos processos industriaes, e utilização das energias hydroelectricas.

N'este sector da producção anda envolvido, demais, um problema importante: É avultado e indispensavel na Provincia o movimento d'automoveis, e existe, portanto, vasto consumo de gazolina importada; alem do ouro que sahe em pagamento, estamos assim na dependencia do exterior, e, se a gazolina viesse a faltar por qualquer circumstancia, teria de suspender-se grande parte da circulação da Provincia.

Esses males poderiam ser evitados se recorressemos a um carburante tendo por base o alcool. Alem das outras vantagens, ficaria d'esse modo garantida uma sahida para o alcool dos melações.

É este um problema tecnico, já mais ou menos estudado, cuja solução a Companhia deve procurar, com a Consulta e auxilio da «Assisténcia Technica».

g) Fructos tropicaes

A Provincia d'Angola tem capacidades reconhecidas para a producção de fructos tropicaes, (e tambem de muitos fructos da Europa). Diz Welwitsch a tal respeito:

—«A *banana* ordinaria (muhonge) é cultivada, e tambem espontanea em quasi todo o sertão, mas as variedades mais estimadas d'esta saborosa fructa acham-se ainda pouco generalisadas».

—«O *ananas* é geralmente cultivado em todas as regiões, e encontra-se espontaneo formando densas espessuras nas regiões de Casengo e Golungo Alto.»

—«A *manga* é geralmente cultivada em toda a Provincia, mas as regiões que lhe conveem são a 1.ª e a 2.ª»

—«A *guiava* é tambem cultivada em toda a Provincia. Encontra-se imensa quantidade em muitas ilhas do rio Cuanza.»

Mal aproveitadas tem sido, no entretanto, estas capacidades naturaes. Apesar de os fructos constituírem, como todos sabem, comercio lucrativo em

varios Paizes, sendo nomeadamente as bananas, e ananazes, objecto, em Inglaterra, por exemplo, d'um importante Comercio d'importação. As proprias mangas, provenientes das Canarias, obteem muito bons preços no mercado de Covent Garden, onde tambem se cotam as guíavas para doce, e outros fructos exóticos.

Este abandôno, por nossa parte, d'esta fonte possível de rendimentos tem uma relativa atenuante no facto das difficuldades, que existem, para pôr em andamento, com exito favoravel, a corrente comercial d'essa especie de fructas. Para que a Jamaica se tornasse paiz exportador de bananas, quando se reconheceu que a Madeira e Canarias já não bastavam para o consumo em continuo crescimento, foi necessario um primeiro impulso energico, por parte de uma Companhia de Navegação, preparando vapores especialmente dispostos para o transporte, e, por parte do Governo, auxiliando-a com subsidio pecuniario. Diligencias semelhantes, com o mesmo fim, tiveram d'empregar-se tambem na Colonia hollandea de Surinan.

O assumpto requer trabalho, na verdade.

Quanto á banana. — da qual existem muitas variedades, tem primeiro que escolher-se, d'entre as bananas de bom gosto, aquella que se considere de melhor aceitação geral, quer dizer, segundo consta, a que nasce da bananeira chamada da China (*Musa Sinensis*).

Feita a escolha, trata-se de fazer cultura intensiva, com irrigação e adubações.

Vem, depois, a embalagem, questão já muito estudada por outros, e practica para fructas diversas, como o mostram as exposições da «Royal Horticultural Society», e mesmo, pelo nosso lado, os involucros com que se exportam os ananazes dos Açores. Restando apenas, para as fructas d'Angola, adaptar as soluções conforme os casos, utilizando os materiaes baratos de que a Provincia dispõe, — madeira, folhas secas de milho, sumauma vegetal, etc.

Temos, finalmente, o serio problema de transporte marítimo para os mercados, que os trabalhos dos nossos Consules nos apontem como accessiveis.

As viagens não devem prolongar-se muito, e requerem-se porões susceptiveis d'arejamento, e de vigilancia acerca de temperaturas. Mas Angola, em relação á Europa, não difere muito da Jamaica, em materia de distancias.

Só faltará, portanto, tratar com alguma Companhia a questão das viagens, tarifas, e acomodações, ou então navegar por conta propria.

Alem da banana fresca, pôde tambem exportar-se banana secca, ou em farinha. Quanto ao ananaz, podem aplicar-se-lhe, «mutatis mutandis» as considerações feitas acerca da banana. Tem-se exportado já do Cabo e do Natal, para Inglaterra, e de Hawaii para os Estados-Unidos, sem intervenção de camaras frigorificas. Suporta viagens de 15 dias. Em Angola ha que escolher a variedade conveniente, podendo, talvez, experimentar-se a do mato seleccionada, ou algumas outras indicadas pelos livros da especialidade, como o Abacaxi de Pernambuco, etc., etc.

A manga, por seu lado, é fructo muito sensível, e difficil para o transporte a distancias grandes, requerendo embalagem especial. Demais, está pouco vulgarisada entre o grande publico, como succede

tambem á guíaba. São commercios, portanto, que dependem de circumstancias a ponderar.

Terminarêmos fazendo uma referencia ao cáju, cuja amendoa tem, como a guíaba, emprego na confeitaria, em substituição da amendoa ordinaria. Essa dita amendoa é tirada do fructo do cajueiro (*Anacardium Occidentale*), arvore que se cultiva na Provincia e vive em grande numero nos terrenos da margem do Zaire, Santo Antonio, Ambriset, e litoral até Luanda.

O cáju é objecto de commercio no mercado de Londres, e outros, onde chega proveniente de Bombaim, Zamzibar, e varios portos da costa oriental d'Africa.

Em Angola, o cajueiro não valerá a pena tomar-se como objectivo de cultura comercial. Mas pôde, talvez, aproveitar-se para commercio o cáju, como producto de colheita indigena.

8.º—Tabaco.

A producção do tabaco é seguramente viavel em Angola, favorecida pelo clima e pelo solo, que lhe são propícios.

Mas não convem á Companhia entrar n'essa ordem de iniciativas, sem ter presentes no espirito as palavras seguintes proferidas n'uma Conferencia por um especialista, a respeito do célebre tabaco de Deli (Sumatrá):

«É sobretudo ao tratamento tão methodico do tabaco que Deli deve a sua reputação, porque, se o Paiz é privilegiado por natureza, é preciso não perder de vista que o tabaco deve a sua qualidade, o seu grande valor industrial e comercial, á forma cuidadosa com que é tratado».

«Por mais favoraveis que sejam as condições climatericas e telluricas, seria impossivel, pela acção unica d'esses factores, conduzir o tabaco ao ponto proprio para o mercado, porque, sem as lavras fundas e conscienciosas, sem a disposição bem ordenada, sem o trabalho de manutenção constante, e defesa continua das plantas contra os insectos, sem as precauções na colheita das folhas, e a sua seccagem progressiva e racional, sem a fermentação scientifica, sem a classificação meticulosa, por colorações e comprimentos, emfim, sem a embalagem tão acurada, — nunca se produziria um tabaco com a qualidade que o mercado exige».

Não é precisamente este modo de ver e fazer que tem presidido ás nossas tentativas d'Angola, desde ha muitos anos. Os Annaes do Conselho Ultramarino de 1858, por exemplo, citam 14 amostras enviadas de Golungo Alto, Massangano, Ambaca e Casengo, e dizem que, varias d'ellas, foram classificadas como de «boa qualidade», ou «muito boa qualidade», pela Fabrica do Contracto do Tabaco. Mas acrescentam que, para os productos se tornarem completamente aceitaveis, o Director da mesma Fabrica aconselhava, aos cultivadores, os methodos dos cultivadores dos Estados-Unidos. No caso d'elles conseguirem d'esse modo que as folhas chegassem frescas e com fragrancia, essas folhas poderiam suprir completamente o consumo do tabaco Kentucky.

Em Angola não adiantámos muito, d'então para cá. E, ao que parece, não applicámos ainda os taes methodos dos cultivadores americanos. Ora, na verdade, sem methodo não ha maneira de progredir. Vamos, pois, ao methodo.

O tabaco requer sciência, e arte. E é exigente. O tabaco tem a sua botânica, visto que é preciso distinguir e escolher entre as varias especies. Embora a massa do tabaco usual provenha apenas da «Nicotiana tabacum», que se cultiva nos Estados-Unidos, Cuba, Felipinas, etc.;—da «Nicotiana rustica» que é a do tabaco das Indias:—e das variedades d'essas duas, como seja a «Nicotiana persica» do tabaco Shiraz; e d'algumas outras.

O tabaco tem a sua agronomia, quer dizer, tem as suas regras acerca de terras, lavras, drenagens, adubações, forma de colheita, tratamento da folha, etc.

O tabaco tem a sua chymica, pois que as suas qualidades proveem da nicotina, principio activo, cujo aroma depende, não só da folha em si, mas tambem das substancias produzidas na fermentação.

O tabaco tem a sua technica Commercial, porquanto, para a admissão nos mercados ha que fazer classificações em classes, typos, e graus, referidos á côr, aroma, elasticidade, combustibilidade, etc. Assim se conhecem o Kentuchy, Virgínia, Maryland, dos Estados-Unidos,—o Havana, o Brazil e o Mexico,—o Manilla, Borneo, Java, Sumatra, Indias, Levante, Argel, etc. etc., pois o tabaco cultiva-se por muita parte.

E para criar uma plantação que tal nome mereça, são precisos, não só esses varios conhecimentos especiaes, mas ainda a finança correspondente aos preparos da terra, estabelecimento d'estufas ou secadouros arejados, camaras de fermentação com disposições proprias para regular a temperatura e humidade, e armazens para classificações e embalagens.

Sem duvida, pôdem essas despezas receber atenuação se as lavras do solo, drenagens, etc., que se fizeram para a cultura do tabaco, forem aproveitadas para a cultura simultanea da borracha, por exemplo, ou para culturas posteriores d'arroz, ou outras.

Tudo isto se refere á producção do tabaco, e não á sua manufactura que é outro capitulo.

Conclue-se, em resumo, que a exploração do tabaco, em Angola, não deve tentar-se senão debaixo d'um plano d'operações bem estudado, atendendo a que a cultura e tratamento não são cousas simples, mas antes envolvem muitas particularidades, e conhecimentos especiaes.

A «Assistencia technica» tem aquí o seu cabimento natural, para definir, e experimentar, os termos technicos da solução, ou soluções adequadas.

E á Companhia convirá, provavelmente, chamar, ao serviço das suas Fazendas, peritos practicos que se contractem em centros consagrados da boa producção do tabaco.

Apezar das exigencias do cultivo, tambem deve prever-se a plantação á conta dos indigenas, porque já do antecedente se tem reconhecido o geito, e a boa vontade, que muitos d'elles dedicam a esta cultura, fazendo-a em canteiros proprios, dentro das libatas, adubando e rodeando as plantas com os seus cuidados. Só é preciso aperfeiçoar, ensinando-os e dirigindo-os.

Claro está que todo este conjuncto de diligencias, tendentes a fazer d'Angola uma grande produtora de tabaco, sequer logicamente que lhe coloquem na corôa a possibilidade, mais ou menos assegurada, da sua evacuação mercantil. O problema tem de pôr-se em equação nos seus termos commerciaes, indicando por numeros concretos, valores da mercadoria no logar da producção, e o custo d'emba-

gens, transportes, seguros, comissões, e mais encargos.

N'essa base tem d'obter-se do Governo um regimen aduaneiro preferencial, em defeza da agricultura ultramarina, contra a importação de tabaco estrangeiro na Metropole.

E tem d'obter-se paralelamente, das fabricas que utilizam a materia prima, entendimentos de justo preço, com garantias de parte a parte.

9.º—Madeiras

A zona equatorial d'Africa é floresta em massiços luxuriantes. Para Sul (e tambem para Norte), das latitudes mais visinhas do Equador, essa opulencia d'arvorêdos cerrados perde a sua continuidade, bracejando, comtudo, prolongamentos de vegetação poderosa, ao longo das linhas d'agua, cujos intervalos de separação são ocupados por savânas, ou terrenos apenas cobertos por gramineas e matos rasteiros, ou por bosques menos densos, e de porte mais modesto.

N'esta ultima feição geral, está Angola abrangida, visto que o seu territorio (excepção feita para uma parte do Enclave de Cabinda) se estende totalmente para Sul do 5.º paralelo.

As suas riquezas sylvícolas são, portanto, limitadas, e surgem, apenas, como manchas ou faixas maiores, ou menores, e mais ou menos em ligação com o systema fluvial. Citaremos, por exemplo, as seguintes zonas florestaes:

—Mayombe, e margens do Chiloango e afluentes; —Margem do Zaire, nomeadamente a ilha de Quisanga; —Vales da região de S. Salvador do Congo; —Vale do M'Brige, nomeadamente, mata de Tambôco;—Vales do Loge e Dande;—Vales do Bengo e Zenza, nomeadamente, Lalama, e Dembos Centraes; —Golungo Altó;—Cazengo;—Vale do Cuanza, nomeadamente, mata da lagôa Ingolome;—Vale do Longa;—Amboim;—Serra da Chella;—Vales do Cunene e Cubango; etc., etc. Devendo observar-se que, em geral, a 2.ª Região de Welwitsch (montanhosa), desde o Congo até o Amboim, é, mais ou menos, susceptivel de fornecer madeiras para o Comercio. Mas, evidentemente, nem todas essas zonas teem acesso em condições que se prestem á sua exploração comercial no momento.

De tudo isto pôde concluir-se, em resumo, que não existe em Angola margem para um comercio de madeiras d'altos vôos, mas que ha logar, todavia, para uma certa exploração comercial dos bosques, que não devem votar-se ao abandono. Porquanto é perfeitamente claro que a Província tem interesse em valorisar as suas riquezas, e que a Metropole, por seu lado, tem interesse em substituir as suas importações do Extrangeiro, por importações d'Angola, reforçando assim o poder comprador d'esta, que é mercado da sua industria e agricultura; estimulando-lhe o trabalho, o comercio, e a navegação, e concorrendo para que, n'esta base de reciprocidades commerciaes, se venha a constituir o todo economico unico, da Metropole com o seu Dominio Ultramarino.

Dentro d'esta ordem d'ideias, pensou o Governo provincial, em 1907-09, que seria conveniente promover, na Metropole, o consumo das madeiras d'Angola, tendo o previo cuidado de tornal-as conhecidas. E como os particulares não se aventuravam, por temerem os riscos da experiencia, o Governo provincial resolveu meter hombros á iniciativa, tanto mais

que ella, de principio, implicaria certa lucta, contra rotinas, desconhecimentos, e indifferenças, só combativeis por acção governativa.

Como primeiro acto, começou o Governo por reunir um museu d'amostras de madeiras, das origens acima citadas, e outras, e por fazer um inventario d'ellas, classificando-as, quanto possível, em relação aos seus prestimos industriaes provaveis, para construcções e decorações, carpintaria, marcenaria, tanoaria, tinturaria, curtimenta, travessas, postes, cubos de calcetamento, estacas maritimas, etc., etc., coligindo, ao mesmo tempo, informações sobre quantidades d'árvores de cada classe, proximidades de vias fluviaes, e outras, interessantes para o caso.

Era muito numerosa a lista, incluindo madeiras para varios usos,—desconhecidas umas, e outras conhecidas pelo seu alto valor, como a Swietenia angolensis, da familia d'onde sahe o mogno, diversas ebenaceas, a madeira amarella assetinada do pacobala, o sandalo vermelho d'Africa, o pau-oleo, o unday, (especie de buxo), a tacula, o mangue do monte, etc., etc.

Tem a sua technica, e as suas regras, o negocio da madeira. Não regras absolutas, mas sim normas geraes modificaveis segundo as circumstancias. Regras, da observancia das quaes depende por completo a viabilidade do negocio. Convinha, pois, entrar praticamente na aprendizagem d'essa exploração racional, que póde estudar-se nos serviços florestaes, francezes do Gabão e da Costa do Marfim, e inglezes da Birmania, das Indias, etc.

É d'importancia maxima a questão dos transportes economicos. Por isso se escolhem de preferencia bosques nas imediações dos rios. Dentro da floresta abatem-se arvores, que convem ter secado em pé por meio d'um entalhe circular, a 0^m,5 do solo, feito previamente; cortam-se em troços, com serras a vapor, ou a gazolina, ou a carburante d'outra especie, amoviveis sobre rails, que se estendem nos caminhos interiores, abertos para Decauville atravez da espessura florestal. Conduzem-se os troços á beira rio, lançam-se á agua, cuja corrente serve de vehiculo, desceendo os troços, ou soltos, ou amarrados em forma de jangadas, conduzidas por homens. As madeiras são ás vezes mais pesadas que a agua, e então agrupam-se com outras mais leves, que façam fluctuar o conjunto.

A viagem rio abaixo leva os troços ao logar d'embarque, onde póde estabelecer-se a fabrica de serração em taboas, pranchões, etc.,—serração que póde, em vez d'isso, fazer-se n'uma instalação ligeira, estabelecida nas imediações da floresta e do rio, no logar mais comodo.

Este assumpto, do facetamento da madeira, tem de regular-se na conformidade dos typos e formas, a que está habituado o Comercio importador da Metropole, ou outros. Passam por intrataveis, para muitos, as madeiras d'Africa. Mas não é assim. Ha de tudo. E no nosso inventario, e pesquisas, procurá-mos incluir madeiras do typo brando, e semi-duro, semelhantes ás que se empregam vulgarmente na Metropole. Varios exemplares se apontavam, uns como capazes de substituir o pitch-pine, outros, o mogno, o carvalho, a nogueira, etc. Alem das madeiras d'alta marcenaria, ebano, pau rosa, madeiras coradas, zebradas, etc. Entre ellas, ha madeiras duras, com efeito, e essas como taes se designavam. Assim se ia orga-

nisando a nomenclatura comercial, que tem importancia.

Preparada a madeira, ha que tratar da viagem maritima, assegurando o frete barato, que é condição indispensavel d'este Comercio. Recorrendo para isto, ou ás carreiras ordinarias, com tarifa reduzida, a que nem sempre se prestam no grau suficiente, ou a vapores de carga destinados a este serviço, ou a veleiros de motor. Tambem alguns propõem o emprego de lanchões rebocados, de que já se tem feito uso na travessia do Atlantico.

Resta, finalmente, organizar, na propria Provincia, e na Metropole (ou outros mercados), os depositos, propagandas, e vendas, da mercadoria.

Reconhece-se sem custo que a montagem, com exito, de toda esta machina, envolve bastantes dificuldades. Não seria descabida, portanto, uma certa protecção do Governo, que póde realizar-se não só por um regimen de liberdade aduaneira, como por concessão de facultades de «warrantagem» para a madeira em armazem, e a garantia de contractos de fornecimento por junto, para as obras do Estado.

E, por parte do Governo provincial, pretendia-se fazer uma experiencia efectiva, por meio da qual se definissem as formulas practicas do trabalho, e do negocio, apontando os caminhos, calculando as despesas, e os lucros possiveis, adextrando mão d'obra, preparando a introdução da mercadoria no mercado da Metropole, ou outros, colhendo, n'uma palavra, todos os dados necessarios para orientar, com confiança, a instalação e o funcionamento do Comercio da madeira em Angola. Na esperanza, ou mesmo na convicção, de que esta «Assistencia Technica» estimularia, e arrastaria, a iniciativa dos particulares, assim convidados a exercel-a, dentro dos termos do regulamento, claro está, e com a superintendencia dos Serviços Florestaes do Estado.

Essa experiencia do Governo provincial foi, de facto, esboçada, escolhendo-se para ella, a ilha da Quissanga, na margem esquerda do Zaire, a umas duas horas da foz; ilha coberta por grande floresta de variegadas essencias. Ahí se deu principio a desbaste, derruba, e preparação de madeiras. Emquanto, por outro lado, se remetiam amostras, e estabelecia contacto, em Lisboa, com um architecto, e duas estancias de madeiras. Uma das quaes, sujeitando as amostras a exame, declarou susceptiveis d'emprego seis d'entre ellas, e fez a encomenda de um certo numero de metros cubicos de cada uma, em determinadas condições.

Na Quissanga estabelecia-se a serração, e realisava-se o embarque por intermedio d'uma pequena ponte, que permite acostagem de vapores.

Estudada se encontrava tambem a exploração da mata de Tambôco (vale do M'Brige), utilizando o rio, que é suficientemente largo e fundo n'essas alturas, e tomando o Ambrizette como porto d'embarque.

Não devemos esquecer que o negocio da madeira tem, como possiveis industrias accessorias, entre outras, as seguintes:

—1.º—Preparação de pasta para papel, assumpto sobre o qual, como atraz dissemos, houve trabalhos no laboratorio de Luanda em 1909, e tem sido estudado, em referencia á flora tropical, nas Indias inglezas, e no Gabão.

O fabrico da pasta de papel com madeira não se póde considerar cousa simples. Se é por processo mechanico, requer muita força no proprio local da

UM voto do Congresso Colonial de 1924, impôs à Sociedade de Geografia o dever de realizar anualmente a *Semana das Colónias*.

Começou a cumprir-se o voto em 1927 pela realização de uma série de brilhantes conferências na sede social, assistindo às sessões inaugural e final da Semana o Sr. Presidente da República e proferindo o discurso de encerramento, discurso por muitos títulos notável e ansiosamente escutado, o Ministro das Colónias que era o grande colonial, oficial distintíssimo e *homem de bem* na mais ampla e elogiosa extensão das palavras, Comandante João Belo.

E assim, pela realização de seis conferências anuais se entendeu dar cumprimento a esse voto nos anos seguintes.

A cargo de ilustres e sabedores conferentes, versando temas gerais ou problemas técnicos da maior importância para as colónias portuguesas foram sempre essas conferências frequentadas pelo público fiel que habitualmente ocorre às salas da

Sociedade de Geografia, professores, oficiais do exército, coloniais... Público fiel, disse e diminuto, o público, afinal, que menos precisa que lhe falem das colónias porque as traz sempre no espírito, e muitos dêle na saudade e na recordação dos serviços prestados.

O outro público, aquele a que é necessário dar noções e dizer verdades, o que vai a uma conferência como a uma *première*, cedo se desinteressou da Semana das Colónias, breve lhe faltou o ânimo para suportar seis conferências de forte saber...

E afinal só se cumprira na letra e não no espírito o voto do Congresso Colonial: durante uma semana, falar ao país (e não apenas aos sócios e convidados da Sociedade de Geografia) das Colónias Portuguesas, torná-las conhecidas, mostrar o que são e o que valem.

Por isso neste ano a Direcção da Sociedade de Geografia mudou de rumo, modificando o sistema seguido em anos anteriores; deu é certo na sua sede as habituais conferências eruditas de coloniais distintos e para um público culto e escolhido, mas quis alargar a acção de propaganda de que o Congresso

Colonial a incumbira e para isso promoveu conferências nas escolas, sessões cinematográficas, uma romagem patriótica, visitas educativas às instituições de cultura colonial.

Realizaram-se conferências nos liceus de Lisboa (apenas um não a ponde realizar a tempo e outro nem respondeu ao convite da Sociedade de Geografia) no Instituto Comercial, no Instituto Feminino de Educação e Trabalho (Odivelas), na Casa Pia, nas escolas, Académica, Pedro Nunes e Vasco da Gama, na Cruzada das Mulheres Portuguesas, etc.

E ao findar a Semana alguém perguntará: Para que serviu tanta palavra? Agitação vã nas colunas dos jornais, alguns nomes atirados à publicidade

Ao findar a “Semana das Colónias”

Por JOSÉ GONÇALO SANTA RITA

Professor da Escola Superior Colonial

de um dia, marulhar anual de que nada fica?

A resposta a estas perguntas deu-a o Sr. Conde de Penha Garcia, ilustre presidente da Sociedade de Geografia, no excelente, felicíssimo discurso que pronunciou na sessão de encerramento da Semana das Colónias.

Há com efeito dois trabalhos a fazer: um é o trabalho científico (digamos assim) o estudo dos problemas e a preparação de medidas, disposições e actos que os hão-de resolver. Vai a Sociedade de Geografia dedicar-se a esse trabalho com a perseverança de que tem dado provas em cinquenta e seis anos de existência e a competência que lhe garantem os valiosos elementos que conta entre os seus socios.

Mas este trabalho para ser firme, para ser profícuo, tem de assentar em bases que a Semana das Colónias procura construir e que constituem a outra parte da tarefa.

A obra da Colonização Portuguesa é uma obra nacional afirmou o Sr. Conde de Penha Garcia. E para o ser acrescentamos, tem de interessar a nação inteira, não o pode ser enquanto para a Nação as

floresta. Se é pelo chymico, requer ingredientes, instalações e tratamentos, que representam finança, e saber. Problema para estudo, por consequencia. No entretanto, talvez valha a pena ver se conseguimos dar resposta, segura e formal, a uma Sugestão, que Welwitsch nos apresentou ha mais de 70 annos. A qual dizia respeito ao aproveitamento, na industria do papel, da medula das cyperaceas — o bem conhecido «mabú» dos indigenas — que em grandissima abundancia ostentam as suas hastes, muito altas, nas margens dos ribeiros e rios, desde Golungo Alto até

Cassange. Sugestão que tem a seu favor o facto de os antigos Egypcios fabricarem todo o seu papel com o miolo de uma planta cyperacea das margens do Nilo. Para este fim, cortavam o interior da haste em fatias finas, que, depois, justapunham, humedeciam, batiam com um pilão de madeira, e secavam, finalmente, ao sol.

Não por estes processos, mas por outros mais industriaes, tambem, modernamente, na Belgica, por exemplo, se tem fabricado papel de «Cyperus Papyrus», que resulta muito branco, e de bom aspecto.

colónias foram umas vagas «terras longínquias onde há pretos e feras, degredados e febres».

A obra da colonização portuguesa tem de ser uma obra nacional, nenhum govêrno, nenhum partido a pode conduzir sem o apoio da chamada *opinião pública* isto é do sentimento e das consciências dos cidadãos.

Uma obra nacional tem de ser feita pelos cidadãos portugueses e com o capital português: só uma larga obra de propaganda pode chamar para as colónias êsses homens e para as empresas honestas êsses capitais, até hoje arredios, desconfiados, fugitivos, gerando pela sua escassez empresas congenitamente débeis, que provocam pelo seu insucesso uma desconfiança cada vez maior, um afastamento cada vez mais cauto...

Êsses males e essa consciência só se curam e se formam com uma larga, hábil, contínua, propaganda, com organizações seguras, inteligentemente dirigidas e apetrechadas, amparadas pelo Estado, sempre que o mereçam.

Para essa propaganda recorreu a Sociedade de Geografia à conferência e ao cinema, procurando principalmente interessar a mocidade das escolas por que assim tinha o melhor meio de actuar sôbre um grande número, porque nos cérebros juvenis as lições se gravam viva e por vezes indelevelmente porque êles, os rapazes, são os *constructores do futuro*.

Primeira tentativa, nestes moldes, de realizar as aspirações do Congresso dos Coloniais portugueses ela teve um êxito que anima os seus organizadores a ampliá-la em anos futuros, a todo o país, a todas as escolas e todas as associações.

Êsse êxito foi exclusivamente devido às boas vontades e excelentes colaborações que solicitadas não se negaram ou que expontâneamente se ofereceram; essas colaborações, constituíram para a Sociedade de Geografia a melhor recompensa do seu esforço, o maior incentivo para os seus trabalhos a maior alegria para o seu patriotismo por ver quantas energias, quantas dedicações, quantas boas vontades latentes se erguem e despertam nesta nossa terra quando vezes desinteressadas as chamam em prol do comum!

Expontâneamente vieram dar à Sociedade de Geografia a sua colaboração: o Museu de Arte Antiga promovendo uma valiosa exposição reveladora da influência da colonização na arte nacional, a Companhia de Moçambique escolheu a Semana das Colónias para inaugurar a exposição do plano de melhoramentos da Beira, o Instituto Feminino de Educação e Trabalho realizando uma sessão para as suas alunas, a Escola Comercial de Patrício Prazeres promovendo no Cinema Condes uma sessão para os alunos das escolas técnicas, a Cruzada das Mulheres Portuguesas dando pela pena ilustre da sua presidente, a Ex.^{ma} Sr.^a D. Ana de Castro Osório, o seu aplauso à iniciativa da Sociedade de Geografia e promovendo na sua sede a realização duma conferência do Sr. Leal da Câmara, e finalmente, nota viva do interêsse público, do valor da massa popular, do seu empenho em se instruir e em acompanhar tôdas as manifestações de são e verdadeiro patriotismo, nota quási comovedora, o aplauso de uma agremiação operária a Sociedade Alunos de Harmonia de Santo Amaro (Alcantara) e o pedido instantâneo para que ali fôsse feita uma conferência durante a Semana das Colónias, pedido que

pôde ser satisfeito indo ali um dos directores da Sociedade de Geografia, carinhosamente recebido.

Digno é também de menção e merecedor de publicidade o auxílio de entidades oficiais como o Commissariado da Exposição de Vincennes e os Serviços Cinematográficos do Exército, ou particulares como as empresas dos cinemas S. Luiz, Tivoli e Condes, que generosamente cederam as suas salas sem o mínimo encargo para os organizadores das Matinés, e a Electro-Lisboa que cedendo graciosamente um magnífico aparelho permitiu a audição de canções coloniais e outros trechos de música durante as sessões realizadas na sede da Sociedade.

Os estudantes da Escola Superior Colonial pode dizer-se que nesta semana começaram a servir as colónias acompanhando os visitantes do Museu da Sociedade de Geografia dando-lhes explicações para que conscienciosamente se prepararam. E cremos que pela primeira vez a atenção de algumas centenas de raparigas das classes médias foi especialmente chamada para as colónias portuguesas pela realização das conferências no Liceu de Maria Amélia e no Instituto de Odivelas. Facto merecedor de relêvo e seguimento porque a mulher portuguesa não pode continuar estranha à obra nacional de colonização, porque nas colónias *precisamos de portuguesas e de portuguesas*.

Não queremos encerrar esta revisão da Semana das Colónias sem recordar com veneração os nomes dos que para as anteriores concorreram e já não pertencem ao número dos vivos, aos antecessores que nos transmitiram o facho que havemos de entregar aos braços que agora preparamos para o erguerem: João Belo, o Ministro que presidiu à primeira Semana das Colónias; Egidio Inso que lançou a ideia em um jornal de S. Tomé e a repetiu no Congresso Colonial, e Ernesto de Vasconcelos, o inesquecível Secretário Perpétuo da Sociedade de Geografia, que preparou as Semanas anteriores e na primeira realizou uma inédita conferência.

A Direcção da Sociedade de Geografia procurou honrar a memória dêsses desaparecidos colaboradores, trabalhando, como êles o fizeram, com amor e com fé, sem nenhum intuito de interêsse pessoal, antes com sacrifício de tempo roubado à actividade profissional dos seus directores, sem nenhum objectivo de exhibicionismo ou réclame, movida unicamente pelo desejo de bem servir a causa das colónias, a que os seus antecessores tantos serviços prestaram, bem consciente, no continuar dessa obra e no desinterêsse do seu esforço, de que, como disse o Sr. Ministro das Colónias no seu brilhante discurso de fecho da Semana: «o individuo é poeira que cai; só a Pátria é eterna».

A crise na Tunísia

Segundo a *Quinzaine Coloniale* a Tunísia atravessa uma crise dolorosa. A indústria mineira encontra-se quási paralizada, as colheitas dos últimos anos foram deficitárias, o desemprego lava nas cidades. Preveem-se grandes dificuldades para conseguir o equilíbrio orçamental, pois as receitas diminuiram e as despesas têm de agravar-se com auxílios materiais a prestar sobretudo aos indígenas.

A Comissão da Algéria, das Colónias e Países de Protectorado apresentou uma proposta abrindo um crédito de dez milhões de francos a favor da Tunísia.

A necessidade da criação de uma «opinião» colonial portuguesa, é uma verdade tão imperiosamente urgente e indispensável que a-pesar-de tantas vezes ter sido ventilada, ela reveste-se ainda duma flagrante oportunidade.

Em pleno século XX, já todos os países coloniais compreenderam a necessidade da formação duma «opinião colonial.

Porquê? Porque é no seio dessa opinião que esses países vão buscar as elites que orientam tôdas as correntes, quer financeiras, quer económicas, quer diplomáticas, etc. que estão em relação com os seus domínios e ainda o direito de se imporem ao mundo como povos colonizadores.

É a Inglaterra, a França, a Bélgica, são enfim todos os países coloniais que desenvolvem enormemente a sua propaganda colonial, pelo filme, pela T. S. F., pelo jornal, etc., é com as exposições coloniais internacionais—paradas de potencial colonizador dos diferentes povos—que se mostra ao mundo o que se tem feito em prol da civilização dos povos «brutos», como a Exposição Colonial de Paris, onde Portugal marcou, afirmando que essas gentes que assombraram o mundo com a epopeia da Índia, com a formação do Brasil, ainda não perderam nenhuma daquelas qualidades ráticas que o fizeram um país de colonizadores e que continuará intrêpidamente, acima e abaixo de tôdas as intrigas mundiais, o papel que lhe está confiado na formação da humanidade futura. Pena foi, que, selecções das escolas superiores do nosso país, não fôsse a Paris, juntamente com os alunos da Escola Superior Colonial, levar a certeza aos visitantes da Exposição, de que os homens do Portugal de Amanhã, não abdicam de forma alguma o direito de continuarem a obra grandiosa dos seus maiores.

Mas essa certeza tem que ser dada, não só por meio de uma «opinião» colonial forte e consciente, como também por realizações coloniais, para evitar que as nossas Províncias de Além-Mar, despertem o apetite voraz aos fortes, como em 1913 à Alemanha, que, em companhia da nossa mais amiga e desinteressada aliada, preparava o seu salto de jaguar, que nos arrebataria as nossas melhores colónias, se a guerra de 1914-1918, não fizesse «abater essa esperança do futuro», como dizia o príncipe de Bulow reportando-se ao tratado de 1898. Desta maneira é imperioso fazer uma ocupação política e económica, nacionalizadora da África Portuguesa, de maneira a constituir uma parte integrante do Império, pois nuvens não deixam de se amontoar no horizonte, aconselhando essa ocupação.

Há países que invocam vários direitos de terem colónias. Destacaremos a Alemanha e a Itália. Ambos atingiram um enorme potencial demográfico. a sua indústria precisa de novos mercados, o seu comércio asfixia sem novos escoantes. Apresentam a posse de

A mocidade académica base da “opinião” colonial portuguesa

Por A. CAEIRO AMADOR

Aluno do I. C. de L.

«Animar as gerações novas em que é preciso recrutar urgentemente «élites coloniais».

Portugal Colonial—N.º 1

novos territórios como o grande remédio, sem quererem considerar outros menos eficazes na verdade, mas mais leais.

A Alemanha despojada dos seus antigos domínios ultramarinos e em proveito dos aliados (excepto Portugal), agita continuamente o problema da reivindicação. Uma amostra:—No prospecto distribuído há pouco pela Sociedade Colonial Alemã, de propaganda dos Cursos Coloniais nas escolas germânicas, lê-se o seguinte:

—«A questão do nosso estatuto colonial tem necessidade de ser rapidamente resolvida. É preciso que o povo alemão prossiga na sua obra colonizadora de além-mar. Não é este o momento de deixar no esquecimento a injustiça colonial de Versailles. O objectivo proeminente da nossa política externa visa à reparação dessa injustiça».

E ainda mais! do livro «Povo sem espaço» de Hans Grimm que ventila as reivindicações coloniais alemãs, defendendo «uma repartição nova do globo», venderam-se em pouco tempo 220.000 exemplares! Povo admiravelmente educado, que tão bem conhece as suas necessidades.

Reconhecemos à Alemanha o direito de reivindicar a posse das suas antigas colónias, mas não lhe podemos tolerar que alargue as suas ambições sobre o Portugal Ultramarino, como o expõe Hennig na «Geopolitik»:—«Certos Estados, tais como a França, a Bélgica, e Portugal, absorveram pedaços que não podem digerir e não consentem aos outros, que têm fome, comer aquilo que precisam». (D. de N. 22/11.32). Tal é o estômago do «Kolosso»!

A Itália também já manifestou o seu interesse para o mandato do Camarão (antiga colónia alemã) hoje sob o mandato da França e que ficaria como que um prolongamento das suas colónias do Mar Vermelho. Mas se se frustarem as suas ambições por esse lado para onde formaria o salto?

E a União-Sul-Africana vizinha de Angola e Moçambique, que se apresenta presentemente como uma potência nascente, mostrando tendências para quebrar a já tão tênue tutela que a liga à Inglaterra e cuja crescente grandeza é uma ameaça latente para as nossas duas melhores colónias, onde se encontram alguns dos seus melhores meios de prosperidade (portos, quedas de água, mão de obra, etc.) e tão necessários que o «gentilíssimo» General Smuts já declarou — ser necessário atirar com esses árabes ao mar:—Os árabes éramos naturalmente nós. Quão amabilíssimos são estes Senhores!

Não é um pessimismo doentio que nos leva a fazer as considerações acima, mas um desejo enorme de apontar, embora com deficiências, aos novos, os perigos que ameaçam a integridade de Portugal.

E infelizmente êsses perigos não são tão irreais que obstem a que até os estrangeiros os vejam. Assim: André L'Hoist, ilustre jornalista belga, escrevia há pouco no «L'Essor Colonial et Maritime» de Bruxelas, referindo-se aos pedidos constantes de concessões em Angola por alemães e italianos «que esta colonização devia ser feita por portugueses», contrabalançando o perigo de desnacionalização que isso poderá ocasionar. A bom entendedor...

Para conjurar estes perigos é necessário trabalharmos com afinco no engrandecimento nacionalizador do nosso Império, e se êsse campo do Direito não fôr o suficiente, estarmos preparados para marcharmos para o campo da Fôrça, que parece ser o preferido pelos povos do «civilizado» século XX.

Urge pois que chamemos a atenção do nosso povo para as nossas Províncias Ultramarinas, que é necessário nacionalizar a todo o custo, tirando-lhe a ideia erradíssima de que a nossa África, não passa de «Costa de África», «terra de negros e degredados», dizendo-lhe que lá há enormes regiões planálticas, de clima tão bom como o melhor de Portugal, que têm magníficas condições para a emigração portuguesa, desviando esta para ali, em vez de ir procurar a fortuna, e quantas vezes a miséria, a países estrangeiros. Despertar êsse interesse por tôdas as formas, é uma cruzada que se impõe a todos os verdadeiros portugueses.

¿E em Portugal o que se tem feito, para a formação dêsse «espírito» colonial, primordial para a formação do Império? Pouco, triste é dizê-lo. A história das nossas colónias, as suas glórias, os seus costumes, as suas necessidades, as suas riquezas, etc. são ignoradas por quasi tôda a gente. Todos conhecem a Epopéia da Índia, mas quasi todos ignoram a Epopéia Africana; a eterna contemplação do passado e o alheamento do presente construtor do futuro. É preciso despertar no povo de Portugal o interesse pelas nossas possessões, mostrar-lhe os deveres que tem perante o mundo, lembrar-lhe que êsses territórios que temos espalhados pelo globo foram regados pelo sangue dos nossos avós e que, conseqüentemente não temos o direito de alienar o seu mais pequeno pedaço. E, porque não afirmá-lo, se êsse interesse não se despertar rapidamente no seio do povo português, o futuro do nosso Império será muito escuro. É preciso trabalharmos com entusiasmo e ciência em prol das nossas colónias. Todos os portugueses que forem para ali, têm um dever admirável e enorme a cumprir, o de concorrerem com o seu esforço para a civilização dos povos africanos; será a maneira mais bela e humana de elevarmos ao mundo o nosso querido Portugal.

¿E agora, quem com mais entusiasmo e fé se pode interessar pelas Colónias? Naturalmente a mocidade da nossa terra. ¿Não serão êles os homens de amanhã? ¿Não serão êles os futuros dirigentes do nosso país? ¿Não constituirão êles ainda uma grande parte do exército de Portugal?

É portanto necessário formar nesses rapazes que amanhã defenderão a bandeira das quinas, a «consciência» colonial que lhes dará a certeza de que a defesa do nosso Império é um Ideal de todos, pelo qual, a todos cumpre lutar e que é uma parte do território sagrado da sua Pátria que lhes querem roubar. É isto para que quando amanhã o clarim luzitano os chamar para junto da bandeira, marcharem convictos dêsse ideal, e ver-se-há então êsses rapazes do Portugal

Novo, sacrificarem-se heroica e entusiasticamente pela causa mais santa da nossa nacionalidade.

Desde que se conseguisse interessar a mocidade pelas Colónias (e, estou certo que isso se conseguirá) por meio de conferências, imprensa, exposições, filmes, desenvolvimento da secção colonial das bibliotecas quer públicas quer escolares, etc., etc., ter-se-ia dado um grande passo na criação do «espírito» colonial. Paralelamente desenvolver-se-ia nas escolas desde a primária à superior, o ensino colonial, deixando êste de ser a caricatura que actualmente é. É preciso inocular na criança portuguesa a ideia do Portugal Ultramarino, como parte básica do Império. Nós, potência colonial de primeira grandeza só possuímos duas escolas de carácter genuinamente colonial; são a Escola Superior Colonial e a Escola de Medicina Tropical. Na geografia das escolas elementares, médias, etc., ensina-se variadíssima geografia, mas na da África Portuguesa quasi que não se fala, é um assunto muito «quente». Conhece-se a etnografia, a história, a economia dos mais variados países, mas do Império Português pouco ou nada ficamos a saber. Desta maneira como formar uma mentalidade colonial consciente? Reformar rapidamente o ensino, criando em tôdas as escolas estudos coloniais!

Preparando êste ambiente é necessário que os rapazes de hoje se interessem desde já com entusiasmo e fé pelas nossas colónias, e isso obtido, não constituirão êles pela sua acção jovem e criadora os melhores arautos e propagandistas da «opinião» colonial?

Avante, pois rapazes da minha Terra! Interessai-vos de tôda e qualquer maneira pelo Império Português, sagrado património dos nossos antepassados, e formai a base da «opinião» colonial portuguesa, sobre a qual assentará o Direito de serem sempre portuguesas as Colónias de Portugal!

Lisboa, 2 de Março de 1932.

Breves Reflexões sobre a nossa representação na exposição colonial de Paris

POR haver chegado tardiamente à Metrópole e sobretudo por trazer a saúde bastante abalada, não me foi possível ir visitar a exposição colonial de Paris.

Se não fossem estas duas circunstâncias que contrariaram em absoluto os meus desejos teria corrido a Vincennes para tomar parte nos aplausos dirigidos aos ilustres organizadores que levaram até lá a nossa representação e simultaneamente para viver por momentos, num sentir intensíssimo, do triunfo que Portugal ali recebeu, porque não há português algum que não sinta e não vibre de entusiasmo sempre que o nome da sua pátria seja sublimado e enaltecido.

É sobretudo, quando êsses louvores veem do estrangeiro que a nossa alma de portugueses mais se sensibiliza e se enviaice em extremo, porque então as apreciações de além-fronteiras perdem completamente todo o cunho de parcialidade que poderia transparecer se os juízos fossem nossos.

A exposição colonial de 1931, quando outros resultados não nos desse, serviu para Portugal ali ir receber a consagração unânime das outras grandes nações coloniais há longo tempo em dívida ao esforço colossalmente desenvolvido em todos os nossos domínios de além-mar, — esforço soberbamente demonstrado e tanto mais de aplaudir, quanto é certo que houve sempre a nordea-lo um pesado sacrificio e uma fé inquebrantável que fizeram muitas ve-

SUL DE ANGOLA



Uma galopada de Zebras na orla da floresta

(Cliché do dr. A. Pratas)

zes vencer longos desalentos e suprir a falta de tantos recursos financeiros.

Desta vez, lá apareceu Portugal com êsse maravilhoso mostruário demonstrativo da fertilidade dos seus terrenos, da exuberância da sua arborisação, da grandesa das florestas, das suas riquezas minerais, tudo, absolutamente tudo de braços dados com a persistência e temeridade portuguesas, tudo, absolutamente tudo—o produto de uma longa e prodigiosa colonisação em prol da humanidade.

Agora, pelos triunfos que lhe foram tributados, Portugal começou a usufruir o logar que há muito lhe competia junto das grandes nações colonisadoras.

E, dizendo agora, não quero de forma alguma negar valor e importância à acção, em que paralelamente ao brio e bravura imperou sempre a tenacidade e inteligência, que os portugueses firmaram nas suas colónias há centenas de anos.

Pretendo apenas salientar o desenvolvimento proficuo e bem orientado promovido nas colónias desde os últimos 10 a 15 anos, porque todo o esforço anterior, embora haja aberto um rasto brilhante de luz, trouxe Portugal em longo tempo pouco conhecido e quasi ignorado.

As preocupações duma vasta e completa ocupação e talvez o desconhecimento das directrizes que seguiriam as colónias vizinhas no campo da actividade, que tinhamos de acatar para uma mútua e útil colaboração, haviam impedido que todo êsse esforço fosse eficiente e proveitoso.

O sr. Dr. Armindo Monteiro numa entrevista concedida ao *Notícias Ilustrado* de 13 de Dezembro último expressou-se assim:

“Desde que vou ao estrangeiro nunca vi, como agora, o nosso país apreciado e engrandecido no conceito mundial...”

“Pela primeira vez tive o orgulho de ver considerada a nossa qualidade de portugueses e o nome de Portugal admirado e exaltado...”

Na verdade Portugal e todas as suas coisas teem sido bem desconhecidas!

Recordo-me que vindo de África há uns 10 anos aportamos às Canárias, porque então os navios da Companhia Nacional faziam por ali porto de escala.

No mesmo vapor regressava também o falecido comandante Ferreira do Amaral que para desembarcar em Las Palmas havia vestido o seu grande uniforme.

Pois em terra, o saudoso e valente militar, tornando-se imensamente reparado pelas inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras que ostentava, foi tomado por oficial de várias nações, menos de Portugal!!!

Poderia narrar mais casos de completo desconhecimento de tudo quanto é nosso...

Torna-se pois necessário mostrar a vida e actividade de Portugal e das suas colónias; quanto nestas hoje se produz e se trabalha com acerto e honestidade e a forma por que estamos presentemente realizando uma soberba obra de colonisação.

Os modernos princípios económicos derivados de um excesso assustador de produção cada vez exigem maiores reclamos...

Portanto toda a iniciativa que tenha por objecto a realização dêste fim, deve encontrar em todos nós um incitamento intenso e um formal apoio.

Que assim o compreendamos como por certo o há-de conceber a lúcida e pujante inteligência do sr. Dr. Armindo Monteiro, o eminente homem público, a quem, como titular da pasta das Colónias, estão entregues, os nossos destinos ultramarinos.

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

Comissão dos Negócios Estrangeiros, ouviu o Ministro das Colónias sr. Paul Reynaud sobre os seus pontos de vista e decisões que tomou no decorrer da sua viagem à Indo-china.

Pelo que diz respeito ao problema demográfico resultante do crescimento rápido da população devido à diminuição da mortalidade infantil obdida pela nossa política de higiene social, o Ministro indicou a necessidade de aumentar o rendimento por hectare dos arrozais e cuidar da selecção das espécies, relatando as medidas que tomou com esse fim.

Expôs que o caminho de ferro transindochinês que permitirá a evacuação do excesso de população do delta tonkinês para a Cochinchina, vai poder ser concluído graças ao empréstimo votado há alguns meses pelo Parlamento.

O Ministro expôs igualmente a situação económica da Indo-china, as suas relações estreitas com a crise mundial e as suas características especiais. Recordou que, em virtude duma lei recente, são actualmente atribuídos, aos exportadores de caoutchouc, prémios de exportação que lhes permitem manter a cultura das suas plantações. Informou igualmente que no decorrer da sua viagem procedeu a um ajustamento da taxa de exportação de arroz tomando as disposições necessárias para criar uma Repartição de Colonização e organizar na Indo-china o crédito a longo prazo.

Referiu, além disso, os inconvenientes que resultam da excessiva elevação de certas tarifas aduaneiras da Indo-china e as medidas previstas para pôr termo a um estado de cousas prejudicial ao desenvolvimento económico da Colónia.

O Ministro examinou em seguida a situação política da nossa grande colónia oriental, em si própria e em relação com as das outras colónias europeias da Ásia que atravessou por ocasião da sua viagem.

Insistiu pela necessidade duma "política de cautela," para

A Comissão das Colónias reuniu conjuntamente com a

com os indígenas indicando as medidas que conta tomar para que os funcionários administrativos que exercem funções de autoridade aprendam e falem correntemente a língua das populações junto das quais prestam serviços.

Recordou que tinha já tomado, na ordem política, "sur place," as seguintes medidas:

—Egualdade de representação para Anamitas e franceses no Conselho Colonial da Cochinchina.

—Aumento da representação indígena nas Câmaras de Agricultura e de Comércio bem como nos centros municipais mais importantes.

—Representação dos indígenas da Cochinchina no Conselho Superior da Colónia.

—Derogação do regimen de indigenato.

—Estudo duma reforma do mandarinato no Anam.

Referindo-se à situação financeira, o sr. Paul Reynaud informou que as despesas foram reduzidas de 23 % no orçamento de 1932 e, que com a preocupação de reduzir as despesas ordinárias excessivas, tinha decidido a cessação na Europa do recrutamento de pequenos funcionários. Em seguida deu explicações sobre a redução ou supressão das indemnidades de que beneficiam certos funcionários da Indo-china e de outras colónias.

O Ministro terminou afirmando a sua fé no futuro da Indo-china graças a uma leal colaboração estabelecida entre franceses e indo-chineses. Re-

feriu as provas de reconhecimento que recebeu da população nos cinco países da União Indo-chineza.

Em seguida a esta exposição o sr. Outrey fez algumas perguntas sobre os vencimentos e gratificações aos funcionários, sobre a protecção ao arroz, sobre o acôrdo aduaneiro com o Japão e sobre a situação económica e financeira da Indo-china.

Os srs. Guernut, Berthou, Archimbaud, de Tastès, Gasparini, Nouvelle e Briquet fizeram igualmente numerosas perguntas sobre a situação social dos indígenas e sobre as reformas projectadas, tendo o Ministro respondido a cada um dos oradores.

Os resultados da viagem do ministro M. Paul Reynaud às Colónias

Da "Quinzaine Colonial," de 10 de Fevereiro de 1932

A UNIDADE ECONÓMICA DO IMPÉRIO

A idea de Império está ligada à unidade espiritual, moral e económica de todas as suas parcelas. Caminhamos decididamente para ela depois dum período de incerteza e desagregação que chegou, felizmente, ao seu termo.

Na ordem económica, a realidade desta unidade fundamental acaba de ser fortemente auxiliada pelo último decreto publicado pela pasta das Finanças, tendente a intensificar o intercâmbio comercial entre a Metrópole e as Colónias.

Nesse diploma, por muitos títulos notável, dá o País o primeiro passo decisivo para que o nosso nacionalismo tenha uma expressão económica, que alcance todas as províncias do Império e que corresponda não só a um pensamento intrinsecamente português mas também à corrente nacionalista em que insistem em lançar-se todos os países modernos.

Ao mesmo tempo que são consideravelmente agravados, em benefício da economia nacional, os direitos de entrada de certos produtos, são concedidas facilidades aduaneiras importantes a produtos coloniais tais como o café, o algodão, o tabaco, as oleaginosas, etc.

"NOTÍCIAS" DE LOURENÇO MARQUES

Só há poucos dias nos chegou às mãos o número especial do *Notícias* de Lourenço Marques.

O seu aspecto gráfico através das cem páginas que o formam, a colaboração, o alto espirito português que o domina—esse número, enfim, no seu conjunto e nas suas parcelas, é a demonstração mais exuberante que Moçambique nos podia enviar da sua elevação cultural e do seu nacionalismo sadio.

Não nos recordamos do aparecimento de melhor publicação entre nós, os homens da Metrópole, que nem sempre fazemos uma idea perfeita do progresso que se vai estabelecendo nas Colónias. Este número do *Notícias* é bem a prova de vitalidade e de vigor dum jornal diário que vai no 6.º ano da sua publicação—e que podia, com muita honra, publicar-se em Lisboa ou em qualquer capital europeia.

Ao sr. capitão Manuel Simões Vaz, director do *Notícias* e jornalista, cujas altas qualidades tivemos ensejo de apreciar no último Congresso da Imprensa Colonial, apresentamos as nossas mais calorosas felicitações por esta sua obra.

E para ser o que é não devia ter sido fácil.

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

ERAMOS, porém, um "zero," apesar das nossas prosápias de "reinois," com as "águas furtadas," habitadas por minhocas e teias de aranha.

Era o tributo fatal da inexperiência...

Ocupação

Então, uma estreita nesga do litoral era o quanto ocupávamos; a ela se limitavam as nossas influências e contacto com os indígenas do interior.

Em Moçambique, poucas eram as pessoas que tinham licença de sair da área de ocupação, sem deixarem a cabeça no segno. Era preciso que algum mouro influente fôsse o guia e o parlamentar.

Foi assim que, em 94, D. António Barroso visitou Matibane,

indo até à Serra da Meza, levando consigo dois padres, Cândido Soares e Lima, e mouros da Cabaceira Pequena, que tinham preparado a excursão e parlamentado a entrevista de S. Ex.^a Rma. com o Xeque da Matibane.

Todos iam armados, menos o Prelado.

O passeio fez-se sem perigos; mas não sem que a mala do Prelado tivesse sido esfaqueada e roubada de tudo o que levava.

"Natule," a uns quilómetros adiante de Mossuril, era o único posto militar avançado que tínhamos.

Foi ali que se concentrou a primeira expedição de Mousinho contra os namarras, que se lhe atravessaram na Mujenga.

Ali conheci Azevedo Coutinho, João Belo, Alberto e Eduardo Costa, Aires de Ornelas, Gomes da Costa e outros desses valentes e patriotas oficiais, que tanta glória nos deram.

Fui ali, na véspera do combate de Mujenga, ajudar à missa campal, (a primeira na minha vida), celebrada pelo então governador da Prelazia, Mgr. Gustavo Couto.

Dali partiu esse punhado de bravos, que iam dar começo à nossa efectiva ocupação, que outros, tão bravos como eles, em que se destacaram Massano de Amorim, tenente Cunha e capitão Neutel, de 1900 a 1913, completaram, com tanta galhardia, baseando-se no plano que Mousinho havia traçado, e deixado, desde 1897.

As capitánias mores aumentaram; os postos militares multiplicaram-se, os bandidos, assassinos, ladrões e pérfidos—"Marave," "Farelay," "Cobula," "Napaua," "Ibraimo," e tantas outras feras sanguinárias, foram aniquiladas pela espada, a obreira dessa obra grandiosa, permitindo que qualquer papo-sêco possa dormir, agora, debaixo duma árvore, a sono solto, em perfeitas e amigáveis relações com o indígena do ponto mais afastado da praia.

Em Cabo Delgado, os "macondes," em especial, os indígenas eram os patrões.

Na Zambézia, a pesar da sua penetração, ainda cheirava à carnificina dos B'ongas; e o Barué era domínio de déspotas potentados indígenas, que João Coutinho, em 1903 (?) teve que bater e reduzir à obediência.

Cá pelo sul, as "Terras da Corôa," eram tão "submissas," e "obedientes," à nossa autoridade, que nos deram as campanhas contra o Gungunhana e régulos seus vassallos, que nos deram tantos heróis, Mousinho como o primeiro, que de glória cobriram Portugal.

As "Terras da Corôa," só podiam ser visitadas com licença dos seus grandes potentados, e por quem lhes levasse o "saguatê," (presente) do reconhecimento, por assim dizer, de vassalagem.

Doutra forma, era arriscar a cabeça.

Agora, em qualquer dos distritos, quanto mais longe do litoral se estiver, melhor se vive.

O domínio é absoluto, a pacificação é completa. Tudo é paz.

É ali que o indígena, conservando em mais pureza os seus usos e costumes, se apresenta mais dócil e humilde, mais respeitoso e são, e mais obsequioso.

Livre do contacto com o europeu de sentimentos baixos, com o indiano mal educado e astuto, e com o próprio indígena pervertido pelos costumes corrompidos dos portos marítimos, o preto não sabe ser grande ladrão, nem assassinar o próprio patrão, nem faltar ao respeito à mulher branca; nem é capaz de fôdas as bur-las, e perfídias, como o faz o preto da cidade.

É caso para se dizer que, ao contacto da civilização litoral, êle se torna mais fera e mais selvagem, mais perigoso.

Isto, certamente, não é regra geral.

Para tal degradação têm concorrido, com 90 por cento, a desmoralização, a corrupção, o contacto com elementos subversivos e satânicos em que vivem os nossos indígenas nas minas do Rand, escola maldita de perversão, que nos dá ouro, mas que nos desnacionaliza, arruina, mata e rouba subditos.

No futuro, hão-de manifestar-se as consequências dessa escola infernal mineira, em perturbações sociais e de soberania.

Isto nada perturba e pesa aos que, com ela enriquecem.

Agora, a administração civil substituiu a militar.

Tudo mudou.

Vias de comunicação

Então, as comunicações com o interior da Colónia eram feitas por caminhos de pretos, e pelas "estradas," da água.

Os transportes, eram o burro, o boi, o cavalo, a mular, onde o podia ser, e a machila; sendo esta o meio de transporte mais comum e fácil, e o mais seguro, por ser acompanhada de indígenas armados, protecção contra as feras e contra os ladrões e assassinos.

Era preciso cada um levar rancho, cama e trem de cosinha. E só o preto podia fazer este transporte.

Ir-se a caminho do interior, só, numa montada, era temerário e arriscado.

Acontecia, por vezes, a montada atacada de doença grave e súbita morrer de repente. E o viajante, ou pegava no selim às costas para o não perder; ou o dependurava numa árvore, para o jivrar do "muchêm," ou se resignava a abandoná-lo.

Isto aconteceu várias vezes.

E se se estivesse longe de povoações?!

Agora, o colono tem os caminhos de ferro de Lourenço Marques, de Gaza, Inhambane, Beira, Quelimane e Moçambique; tem estradas que, em poucos dias, lhe permitem cruzar, em fôdas as direcções, a Província inteira, em automóveis de almofadas fôfas; tem camiões que lhe transportam bagagens, munições de boca, géneros, mercadorias, e materiais de construção; tem hotéis onde pode pernoitar e alimentar-se; tem, por toda a parte, administrações civis que o recebem, sucessoras dos bemfazejos e hospitaleiros antigos postos militares; tem comerciantes e agricultores que o recolhem e acarinham, lhe oferecem um quarto e uma cama cômoda, em troca da palhota imunda, mal cheirosa, que o colono antigo pedia por favor ao preto, onde tinha por cama uma esteira, por companhia os ratos e as pulgas, quando não era mais alguma coisa; onde, por vezes, enxugava a roupa, que não levava fio enxuto; onde comia, por favor, um bocadinho de massa, uma batata doce ou um pedaço de mandioca.

Por despertador, podia ter o ganir da quizumba, ou o urro troante do leão.

O colono de "agora,, que tem correios, telégrafos, com fios e sem eles, e telefones; que se enfarpeia de papo-sêco, em vez de usar o caqui de outrora; que vive cheio de comodidades; que ganha milhares de escudos por mês, quando, "então,, se ganhava centenas de mil réis, por ano (eu ganhava 350\$00); que não conhece privações; que pouco faz, ou tem feito, pela causa pública, julga-se com direito de exigir mais, de querer tudo, em ordenados, bem estar, regalias e descanso.

Sobranceiramente, impando, a esticar nervos de "sportman,, a avolumar músculos de atleta e a dar pontapés na bola, recrimina os que lhe não prepararam, ainda melhores dias, vida mais faustosa, mais regabofe.

E censura os velhos colonos, que tão pouco lhe fizeram... diz êle!

A justiça, e a gratidão dos homens... de hoje!

Escravidura

Então, embora abolida, de há muito, a escravidura praticava-se, ainda, em Moçambique.

Na capital: na Zambézia, aqui pelo sul, havia uma espécie de escravidura, voluntária, de comum acôrdo, a que se submetiam ainda velhos indígenas, seus filhos e filhas, que "tinham nascido no quintal do senhor,, ou da "Dona,, com quem viviam, e de quem não queriam separar-se.

Eram "criação da casa,,...

Agora, graças à eficácia da ocupação, feita com sacrifícios e glória, pelas nossas forças, a liberdade do nosso indígena é inteira, completa, segura.

Diga-se, pois, hoje e sempre, bem alto, para que bem longe se ouça: O preto de Moçambique "é livre,, porque Portugal "não tem escravidura nas suas colónias,,.

Instrução

Então, muito rudimentar era a instrução na Província. Pode dizer-se que se limitava à escola de artes e ofícios de Moçambique, às duas escolas paroquiais da capital, às escolas paroquiais de Quelimane, Inhambane, Lourenço Marques, Tete e Ibo, e às escolas missionárias dos Padres Jesuítas na Zambézia, e das Irmãs de S. José.

Agora, pela acção louvável do Governo e das câmaras; pela iniciativa particular, e pela obra das missões, Moçambique tem centenas de escolas, frequentadas por uma população escolar de alguns milhares de alunos, de ambos os sexos, de tôdas as raças — branca, mixta, parda, amarela e preta.

É muito? É, relativamente ao passado. É pouco, relativamente às necessidades do presente.

Mas, a marcha da nossa instrução segue, triunfante, e há-de chegar ao seu termo.

Podemos dizer com orgulho, que, em Moçambique, nas gerações novas europeias, não há analfabetos; no que levamos vantagens à Metrópole.

Clima

Então, era abraçador, hóstil, implacável! Matava!

Ah! as biliosas e perniciosas de então!...

As noites de verão, em Moçambique, eram insuportáveis. Não se dormia sem um lago de transpiração; acordava-se fatigado; o lençol pezava, os pijamas eram incomodos.

Para as senhoras e crianças europeias, o clima era mais do que tirano. No rosto, mais pareciam painéis de lata, do que criaturas humanas.

Senhora que tivesse que dar à luz, ou fugia para o Transvaal, ou embarcava, por conselho médico, para a Europa, ou arriscava-se a morrer de parto.

As criancinhas brancas, causavam dó—lívidas, pálidas, anémicas!

Agora, o clima tornou-se ameno, amigo carinhoso. Lá para Moçambique, já se dorme com cobertores na cama, e usam-se, sobretudo, na quadra fresca.

Aqui, no inverno, bate-se o queixo, as mãos recolhem-se aos bolsos, os sobretudo e os abafos não se largam, e, na cama, eu já usei 4 cobertores, coberta, e uma manta de peles sobre os pés.

As crianças, aos milhares, mais do que os ratos, são lindas passeiam descalças e sem chapéu, a qualquer hora do dia ou da noite. Os adultos passeiam e jogam, à torreira do sol, em cabelo.

Desgraçado do que, "então,, fizesse tal coisa. Lavrava a sua certidão de óbito.

Agricultura

Então, não havia agricultura.

Apenas, na Zambézia, dava, em Mopéa, os primeiros passos a plantação de cana sacarina, e praticava-se um pouco de horticultura, aqui ou além.

Em Moçambique, na quadra quente, os nossos moleques apaixonavam-nos os breds espontâneos, pelos quintais e recantos das ruas, de que os cosinheiros nos faziam sopas e esparregados.

As batatas e as cebolas eram importadas da Europa e de Zanzibar.

Feijão verde, ervilhas, grelos, frutas, só de lataria, para nos arruinar a saúde, as tínhamos.

Agora, por tôda a parte, em todos os distritos, se faz agricultura, a grande e a pequena.

A horticultura é geral. Nos mercados do litoral nada falta de verduras e frutas. No interior, cada um se abastece a si próprio.

Mas, a agricultura é ainda um problema difícil. Tem consumido grandes capitais, e tem arruinado muita gente; esta gente pioneira que, em tudo, é a sacrificada, e nunca agradecida pelo arroteamento e desbravamento da terra que deixa aos do futuro.

O certo é que, sem agricultura não há vida, não há riqueza. E ela, entre nós, só merece despresos, desdens, perseguições, por vezes, dos que governam e mandam.

A crise mundial arruina-a.

Tem grandes possibilidades. Não tem irrigação...

Indústrias

Então, as únicas indústrias de que tive conhecimento, em Moçambique, eram as da cal, e a da extracção do óleo, de amendoim feitas pelos monhés, em lagares rudimentares movidos a bois.

A indústria açucareira surgia, fúmda, trémula na Zambézia.

Agora, temos a mineira, em Tete e Manica; a da pesca, a do sal, por tôda a Província; a do cimento, da cal, da cerâmica, dos óleos, do sabão, do tabaco, da cerveja, da sola, da marcenaria, das massas alimentícias, da moagem, das artes gráficas, da serralharia, e da mecânica, a da manteiga e do queijo, graças ao desenvolvimento da Pecuária, que progride, bem orientada pela sua Direcção, em Lourenço Marques.

Comércio

Então, poucos eram os comerciantes portugueses na colónia. A França, a Holanda e a Alemanha tinham, nos portos, as suas Feitorias, fortes casas de fornecimentos por grosso, que serviam o comércio de retalho, feito por asiáticos, quasi na totalidade.

Na capital havia as casas — Mendonça & Silva, Cesário da Silveira e Veloso da Rocha.

O grande volume comercial pertencia aos monhés.

No resto da Província, a situação era a mesma, senão pior.

Agora, o comércio da Colónia, que se estende a tôda ela, é, na sua grande maioria, nacional, em número de estabelecimentos.

É colossal o seu volume; as fortunas que tem dado são muitas; o seu progresso e desenvolvimento são grandes.

Presentemente, vive cheio de dificuldades, trazidas pela crise mundial, que muitas ruínas causará se se não modificar.

Soberania

Então, era a nossa soberania fraca, quasi nominal, baseada só em direitos de descoberta e conquista, e amparada por glórias do passado.

Dois inimigos pretendiam derrubá-la — a Inglaterra com a Alemanha, lá fora, e os potentados vátuas e mácuas, cá dentro. Uns e outros, davam-se as mãos, para uma obra de rapinagem.

Agora — a "Soberania Portuguesa,, em Moçambique, é real; é de direito de ocupação e de pacificação; tem as suas bases no seu progresso e desenvolvimento industrial, comercial e agrícola; na acção das suas missões nacionais; na instrução e grau de civilização dos seus indígenas; na expansão entre estes, da língua portuguesa; na liberdade, assistência e protecção que disfrutam os seus nativos; nas centenas de milhares de libras gastas na construção e melhoramentos dos seus portos; no lançamento das suas linhas férreas; na abertura dos seus milhares de quilómetros de estradas; nas comunicações, completas, rápidas, perfeitas, dos seus correios, telégrafos e telefones com todos os pontos do interior; nos seus campos de aviação; nas suas relações políticas com os seus súditos, e na vontade que estes têm "de ser portugueses,,.

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês

UMA FRASE INFELIZ

O último Governador Geral de Angola, sr. almirante Sousa e Faro, numa carta dirigida ao jornal A Província de Angola agradecendo a este a colaboração que lhe tinha prestado durante o seu governo refere-se às circunstâncias particularmente difíceis da sua administração num momento em que a Metrópole se recusava a auxiliar a Colónia.

Afirmção infeliz e cuja gravidade é tanto maior quanto é certo que partiu de um homem que governou Angola. Nem para se defender dos erros que cometeu e da incapacidade que lhe foi atribuída para exercer a mais alta magistratura de Angola, nenhum português com responsabilidades de cargo teria o direito de pronunciar ou escrever uma frase que pudesse criar ou alimentar um dissídio entre a Metrópole e a Colónia.

De resto a frase nem sequer corresponde à verdade.

Se há Colónia a quem a Metrópole não tenha negado auxílios e que, sobretudo, durante a gerência do actual Ministro das Colónias, tenha constituído uma preocupação absorvente para a Metrópole — essa Colónia é Angola.

Não são os auxílios da Metrópole tão vastos como muitos desejariam? Não se tem traduzido por vantagens fulminantes e redentoras?

É outro problema.

O que é inegável — sobretudo para o sr. Almirante Sousa e Faro — é que na Metrópole não só não se recusaram auxílios a Angola como também se estudaram os seus problemas com um interesse, uma dedicação e um patriotismo que raras vezes se tem alcançado.

Todos os nossos leitores sabem quanto nesta revista temos defendido os colonos de Angola e combatido todas as ideias que tendem a diminuir-los, todas as calúnias que procuram provar a sua falta de patriotismo e todas as medidas que ameaçam os seus interesses.

É ainda com as mesmas intenções e o mesmo espírito de defesa dos seus interesses morais e materiais, que levantamos esta frase infeliz — uma frase à qual nem Angola nem a Metrópole devem dar mais crédito e significado que o que tem uma leviandade embora cometida por quem deveria ser mais seguro e comedido nas suas palavras.

H. G.

Notas do mês

Diversas

Vai ser publicado, brevemente, um decreto tornando extensivas às Colónias todas as disposições aplicáveis aos decretos n.º 19.892, de 15 de Junho, e n.º 20.672, de 26 de Dezembro de 1931, com as necessárias alterações. Os tribunais Militares Territoriais das Colónias, serão constituídos por dois juizes militares, dos quais o mais graduado servirá de presidente, e por um auditor, togado.

A nomeação dos juizes militares será feita pelo Quartel Geral ou Repartição Militar da Colónia, por escala, conforme ordem de postos e antiguidades.

Estes juizes serão substituídos de 4 em 4 meses.

Nos referidos tribunais, salvo impossibilidade, não deverá entrar no mesmo quadrimestre mais de um oficial de cada unidade, estabelecimento ou Repartição Militar, e, para julgamento de acusados de patente não superior à de capitão, farão parte do tribunal um oficial superior e um capitão. No caso de absoluta impossibilidade, serão escolhidos dois capitães.

• A Sociedade Agrícola de Bombarral enviou ao Ministério das Colónias, um telegrama pedindo providências no sentido de se

resolver a crise vinícola daquela região, procurando-se a colocação dos seus vinhos nas Colónias.

• Foi enviada ao Governo, a cópia do relatório do professor sr. Mangani, do Instituto Internacional de Agricultura de Roma, sobre o método de Agricultura indígena, baseado nos estudos feitos por aquele professor.

• Vão ser pedidos esclarecimentos aos nossos Governos ultramarinos, acerca das quantidades de centeio e trigo disponíveis nas nossas Colónias que possam vir para a Metrópole, conforme o pedido feito pelo Ministério da Agricultura.

• Por decreto publicado na folha oficial, foi tornado extensivo às Colónias o decreto n.º 20.146, pelo qual foram alterados diversos artigos, com modificações do Código Penal. O mesmo diploma torna-lhes também aplicáveis os decretos n.ºs 19.541, 19.639.

Moçambique

O sr. engenheiro Pinto Teixeira, director dos Serviços dos Portos e Caminhos de Ferro da Colónia de Moçambique, resumiu num relatório o que se fez no ano findo (1931), nos serviços sob a sua direcção:

“Procedeu-se ao estudo do Caminho de Ferro servindo o Vale do Limpopo, concluindo-se em Setembro desse ano, com excepção da ponte sobre o rio Incomati, em Magude, entregue a um dos engenheiros ao serviço da Colónia, todo o projecto com medi-

ções e orçamento. Pode este projecto entrar em execução imediata, havendo dinheiro. São 128 quilómetros que conviria adicionar à rede de Lourenço Marques, qualquer que fosse a sorte do esquema de irrigação daquele Vale, para aproveitar num futuro próximo o excesso de material circulante e de tracção que se manifestará na rede de Lourenço Marques, com a inevitável queda do tráfego internacional.

No norte prosseguiu o estudo e construção do Caminho de Ferro de Moçambique. O estudo está-se fazendo a 40 quilómetros para além Ribaué. A construção vai além do quilómetro 228, tendo acabado de ser aberta à exploração a estação de Nova Chaves, ao quilómetro 193.

Dos trabalhos executados durante o ano destacam-se como mais importantes, além do serviço de exploração do Caminho de Ferro de Moçambique de Nampula para Nova Chaves (44 quilómetros), a construção da ponte-cais na Matola e das grandes instalações de óleo e petróleo em tanques naquele local.

Este empreendimento, que levou a administração a despendir ali cerca de £ 25.000, e as Companhias *Shell* e *Vacuum Oil* para cima de £ 200.000, foi um dos que mais veio, nos tempos modernos, concorrer para o progresso de Lourenço Marques. Ali, na Matola, se irá criar um bairro de Lourenço Marques, ampliado com as instalações do pessoal daquelas Companhias, da Fábrica do Cimento, dos Caminhos de Ferro e do comércio que começa a afluir.

Empreendimento que devia já ter sido há muito estabelecido, mas que felizmente ainda pode tornar-se um realidade antes de se ter entrado francamente na depressão económica e na baixa de cotações que está afligindo as grandes indústrias.

Um ano mais tarde e já não se teria feito nada. Uma ideia do que aquilo é, dá-a os seguintes números: uma área ocupada de 151.202 metros quadrados, uma capacidade total de tanques de 14.493.867 galões de gasolina e óleos, o rendimento anual para os Caminhos de Ferro e porto de 5.000 contos, tráfego novo para o porto e para o Caminho de Ferro, de que tanto estavam precisados.

• Foi resolvido manter no Colónia de Moçambique as taxas telegráficas actuais, que vão ser revistas, a fim de se conseguir aumento de receita, em virtude dos respectivos serviços acusarem um importante déficit, em prejuízo do Estado.

• No fim de Dezembro último, o número de desempregados em Lourenço Marques era de 193, sendo destes 159 europeus.

• O produto do pagamento diferido dos salários dos indígenas de Moçambique nas minas do Transvaal, desde a entrada em vigor da nova Convenção, monta a quantia superior a três milhões de libras.

• As companhias de navegação alemãs, inglesas e holandesas que fazem o serviço de cabotagem na Colónia de Moçambique, aumentaram o preço dos fretes e passagens em 25 por cento.

• Vão ser introduzidas algumas alterações na pauta aduaneira de importação da Colónia de Moçambique.

• Foi mandado fixar em 150 escudos o câmbio de cada libra ouro ou a sua equivalência para a cobrança do imposto indígena ao sul do rio Save.

• O sr. governador geral de Moçambique tem tido largas conferências com o sr. Ministro das Colónias, acerca da questão cambial naquela Colónia, assunto que deve ser brevemente solucionado, publicando-se um diploma nesse sentido.

Angola

Está em Angola, Lord George Granville Sutherland-Leueson-Gower, duque de Sutherland, que com a sua comitiva, composta de Miss C. M. Vicker e dos srs. Harold El Molsim e esposa e Charles Stain, vai fazer uma partida de caça ao planalto de Benguela, tendo sido autorizado a matar uma Palanca preta, destinada ao Museu da Escócia.

• Pelo Governo de Angola foi enviado ao Ministério das Colónias o acordo feito entre aquele Governo e a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, para o estabelecimento da nova via de comunicações telegráficas com o Congo Belga, pela fronteira do Dilolo.

• O governador geral de Angola, que acabou há pouco de visitar os distritos de Quanza-Norte e Malange, vai em breve, como dissemos, visitar os restantes distritos da Colónia, ficando como encarregado do Governo o sr. Guilherme de Meneses, director da Fazenda da Colónia e Inspector Superior de Fazenda das Colónias.

• Foi determinado que durante a ausência dos governadores de distrito nas Colónias, sejam estes substituídos pelos presidentes dos respectivos governos, tendo esta medida sido já posta em vigor em Angola.

• Foram mandadas ouvir as estações superiores do Ministério das Colónias, acerca da proposta do governador geral de Angola, para entrar ali em vigor o regulamento de culturas indígenas.

Guiné

O Governo da Colónia da Guiné nomeou uma comissão com poderes para fazer um regulamento de caça e elaborar um projecto de organização das reservas da mesma. A mesma comissão foi também incumbida de organizar uma carta esquemática da Colónia da Guiné, indicando as zonas onde predominem determinadas espécies zoológicas, especialmente mamíferos e aves.

• O comércio, indústria e agricultura da Guiné, pediram ao Governo central urgentes providências no sentido de se facilitar o problema das transferências, que está causando graves prejuízos aos comerciantes, industriais, agricultores, funcionários e particulares, com famílias na Metrópole e compromissos a satisfazer.

• Vai ser publicado brevemente, o decreto a que já nos referimos, respeitante ao corpo docente da Escola de Medicina Tropical, que será constituído por 4 professores efectivos, com os seguintes vencimentos: até 10 anos de serviço, 24 contos anuais; de 10 a 15, 26.160\$00; de 15 a 20, 28.560\$00 e com mais de 20 anos, 31.200\$00.

2 professores auxiliares, um da 3.^a cadeira (demonstrador), e outro da 4.^a cadeira (chefe dos trabalhos práticos), até 10 anos de serviço, 18.000\$00; de 10 a 15, 19.080\$00; de 15 a 20, 20.280\$00 e com mais de 20 anos, 21.600\$00.

Ao professor efectivo, director da escola, será abonada a gratificação anual de 3.600\$00.

• No Ministério das Colónias está em estudo um projecto de decreto no sentido de serem melhorados os serviços telegrafo-postais da Guiné, fazendo-se, possivelmente, com menor dispêndio.

Macau

O Governo de Macau extinguiu a Secção de Propaganda criada junto da Direcção das Obras dos Portos e substituiu-a por uma Secção de Turismo. Além das funções inerentes foi cometido oficialmente ao novo organismo o encargo de prestar todos os esclarecimentos necessários aos indivíduos que pretendam concessões de terrenos ou licenças industriais e comerciais, para se estabelecerem na Colónia.

• O Governo de Macau propôs que fosse aberto um crédito extraordinário para serem reconstruídos os edifícios destruídos pela explosão do paiol da pólvora da Flora, naquela cidade, o que muito contribuiria para dar trabalho aos operários dali.

• Não foi aceita pelo Governo Central a proposta do Governo de Macau, relativa ao estabelecimento de um subsídio anual de 50 % do produto da receita obtida com o selo da Assistência vendido naquela Colónia.

• O Governo de Macau vai contrair um empréstimo de três milhões de patacas, para obras de fomento e para melhoramentos na cidade de Macau.

Timor

Enquanto não forem reorganizados os serviços e os quadros do respectivo funcionalismo de Timor, serão as promoções, conforme proposta do governador, feitas por antiguidade no quadro de fazenda da Colónia, onde existem algumas vagas.

Índia

O sr. Ministro das Colónias, mandou ouvir a Direcção Geral das Colónias e o Conselho Superior das Colónias, acerca das propostas do Governo da Índia, para ser criada uma taxa variável sobre a importação do arroz para consumo, sobre pensões, indemnizações e assistência médica aos sinistrados do trabalho e sobre a criação de uma colónia agrícola-penal na fortaleza do Cabo da Rama, em Goa.

• As eleições camarárias em alguns dos concelhos do Estado da Índia, realizaram-se em 6 do corrente.

Colónias e protectorados estrangeiros

Senegal

1) **Generalidades** — O Senegal por parte do grupo de colónias da África Ocidental francesa é a mais antiga colónia que este país possui no Oeste Africano. Confina pelo sul com a nossa colónia da Guiné com quem mantém relações comerciais.

O seu aspecto é monótono: uma grande planície arenosa — apenas ligeiramente acidentada na região da alta Senegâmbia — de vegetação mediocre e pouco habitada.

O seu clima é análogo ao das outras colónias tropicais continentais.

II) **Comércio** — O comércio no Senegal é exercido por numerosas sociedades comerciais com sede em França ou na colónia e por grande número de particulares de origem europeia, marroquinos e assyrios. Os primeiros têm os seus estabelecimentos nos centros mais importantes (Dakar, Rufisque, Saint-Louis, etc.) e os segundos trabalham em "comptoirs", e "operações", de menor importância mais ou menos dissimuladas por toda a colónia.

O comércio consiste na venda de artigos de importação e na compra de produtos indígenas destinados à exportação. Quasi todas as casas fazem simultaneamente as duas séries de operações, se bem que já se comece a verificar, nos grandes centros, a instalação de comerciantes especializados.

O comércio geral do Senegal elevou-se em 1929 a 1.723.821.157 francos, dos quais 899.538.602 relativos às importações e 824.282.555 às exportações.

As principais mercadorias importadas em 1929 foram as seguintes:

Tecidos de algodão	3.652	toneladas
Óleos minerais.....	106.518	"
Arroz.....	37.644	"
Vinhos.....	64.766	hectolitros
Açúcar	9.385	toneladas
Materiais de construção.....	43.543	"
Conservas alimentares.....	1.599	"
Tabaco em folha.....	524	"
Sabões	2.026	"
Perfumarias	156	"
Tabacos fabricados.....	258	"
Alcool e aguardente.....	1.275	"

As principais exportações incidiram sobre oliaginosas, goma arábica, peles, algodão, lã, sisal, cêra etc.

Uma parte destas exportações provém da Mauritânia ou do Sudão (goma arábica, algodão, peles, sisal, cêra etc.).

Os interesses do comércio são defendidos por quatro Câmaras de Comércio com sede em São Luiz, Rufisque, Kaolack e Ziguinchor. Em Dakar existe também uma Câmara de Comércio que dispõe duma secção agrícola e industrial.

III) **Bancos** — No Senegal têm, sucursais ou agências, cinco estabelecimentos de crédito: O Banco da África Ocidental (38, Rue de La Bruyère-Paris) com sucursal em Dakar e agências em Saint-Louis, Rufisque e Kaolack.

O Banco Francês d'África (23, Rue Taitbout Paris) com agências em Dakar, Saint-Louis Rufisque e Kaolack.

O Banco Comercial Africano (52, Rue Laffitte Paris) com agências em Dakar, Rufisque e Kaolack.

O "Crédit Foncier d'Afrique", (99, Rue Washington Paris).

O "Crédit Foncier de l'Ouest Africain (30, Boulevard Puiéd-Lagrade-Dakar) com escritório em Paris no n.º 51 da Rue Anjou.

IV) **Taxas e Impostos** — Os principais impostos e taxas cobrados no Senegal são: os direitos aduaneiros, a contribuição pessoal e mobiliária, as prestações, a contribuição predial sobre propriedades construídas e não construídas, patentes, licenças.

A contribuição pessoal incide sobre todos os habitantes franceses e estrangeiros e varia, conforme as regiões, de 8 a 15 francos.

As prestações são devidas por todo o homem valido dos 16 aos 50 anos e por todos os automóveis ou tractores em serviço.

O número de dias de prestação é fixado em 4 por ano para os homens e veículos automóveis. A taxa diária de resgate é de 5 francos por homem e por dia, de 15 francos por camion ou camionette.

V) **Organização administrativa** — A colónia é governada por um "Lieutenant Gouverneur", subordinado ao governador geral da A. O. F., assistido por um secretário geral e um conselho privado com funções meramente consultivas. Uma assembleia com poderes deliberativos, o Conselho Colonial, substituiu o Conselho Geral suprimido em Dezembro de 1920. É composto por 44 membros; dos quais 26 eleitos pelos cidadãos franceses que habitam na colónia e 18 chefes indígenas eleitos pela assembleia dos chefes de província e de cantão.

O Senegal é representado no parlamento francês por um deputado.

Agravamento de direitos

O Governo da União Sul-Africana decretou em data de 29 de Outubro de 1931, um direito suplementar de 5 % sobre todas as mercadorias importadas e a concessão dum prémio de exportação de 10 % para os produtos agrícolas.

Mercados a prazo de caoutchouc em Anvers

A 4 de Janeiro de 1932, abriu-se em Antuérpia um "mercado para a compra e venda, a prazo de caoutchouc", cujas condições estabelecidas pela Câmara arbitral e de conciliação sobre caoutchouc, serão enviadas aos interessados que as desejarem.

As operações são registadas na secção de liquidação criada no Banco da União Financeira de Antuérpia cujo capital de 100.000.000 de francos garantirá o bom êxito das operações.

As características do mercado a prazo serão as seguintes:

1) **Tipo** — O tipo único escolhido é o Standart Ribbed Smoked Sheet ou fôlhas fumadas delgadas com exclusão de qualquer outro tipo.

2) **Vistorias** — Os peritos designados pela Câmara Arbitral decidirão se o lote deve ser admitido ou recusado.

3) **Quantidades** — A unidade de transacção ou de contrato será de um peso líquido de cerca de 3.000 kg., entre um máximo de 3.150 e um mínimo de 2.850 kg.

4) **Cotações** — Expressas em francos belgas por cada kg. (1 fr. = 1/5 do belga) com um mínimo de flutuação de fr. 0,10 por quilograma.

5) **Prazo** — Os negócios poderão ser tratados a nove meses compreendendo o mês da compra.

6) **Depósito** — Para cada operação de compra ou venda deverá o contratante fornecer à secção de liquidação ou depósito igual a 10 % do valor do contrato, com o mínimo de 3000 frs.

7) **Margem** — Por cada flutuação de 0, kg. 10 em desfavor do contratante deverá este depositar margens na secção de liquidação que cubram essa flutuação.

8) **Comissionários** — As operações poderão ser feitas por intermédio de uma casa de comissões estabelecida na praça de Antuérpia e sancionadas pela Câmara Arbitral e pela secção da liquidação. Os operadores estrangeiros devem pois passar por intermediários estabelecidos na praça de Antuérpia, mediante uma Comissão.

9) **Corretores** — As operações tratadas pelo comissionário são inscritas na secção pelos corretores mediante uma corretagem de 2/8 % (mínimo 125 gr.). O comissionário só tem como contra-partida a secção de liquidação.

10) **Armazenagem** — As entregas do caoutchouc no mercado a prazo só se podem fazer em Antuérpia nos armazens admitidos pela secção da liquidação.

Outras disposições de detalhe são tratadas no regulamento. O fim da Câmara Arbitral é o de criar um mercado são, com garantias sérias e bastante maleável e barato para atrair uma parte da clientela operando actualmente nos mercados de Londres, Nova-York, Amsterdão, Hamburgo etc., onde as despesas de manutenção, armazenagem e corretagem são, bastas vezes, muito elevadas.

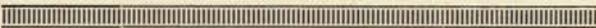
Protecção ao algodão

O sr. Ministro das Colónias vai publicar dentro de breves dias um importantíssimo decreto tendente a proteger e fomentar a cultura do algodão em Angola, Guiné e Moçambique.

Por esse decreto é criado um prémio de exportação e estabelecidas importantes disposições para promover o fomento da cultura algodoeira.

Aumento de tarifas de Caminho de Ferro

Nalgumas linhas da A. O. F. o preço de transporte das oleaginosas e do óleo de palma foi aumentado de frs. 22.50 para frs. 26.25 e de frs. 25 para frs. 27.50.



Congressos Económicos nas Colónias

Por ocasião da viagem do sr. dr. Armindo Monteiro às colónias realizar-se-hão em Luanda e Lourenço Marques Congressos económicos tendentes a realizar uma política de solidariedade económica entre a Metrópole e as Colónias e feiras de amostras de produtos portugueses.

Portugal Militar

Compêndio da História Militar e Naval de Portugal

por Carlos Selvagem

Em edição da Imprensa Nacional de Lisboa saiu há poucos dias este novo livro de Carlos Selvagem — um grosso volume de cerca de 700 páginas.

Não é um acontecimento banal o aparecimento deste livro que merece nesta revista uma referência muito especial: "Portugal Militar," contém a primeira compendiação séria e valiosa da nossa história militar nas Colónias.

Carlos Selvagem não era um nome anodino na nossa terra nem é este livro que o vai tornar conhecido. Ocupando já um lugar inconfundível na dramaturgia, no romance — nas letras enfim — vem agora revelar qualidades novas que definitivamente o impõem.

"Portugal Militar," — esse volumoso compêndio de história — é bem o livro didático de que as nossas escolas militares careciam e é também o mais belo livro de história portuguesa escrito nos últimos cincoenta anos. Sério, honesto, escrupulosíssimo na sua essência científica, contém ainda todo o brilho literário e toda a beleza que são caracteres seguros e provados do talento de Carlos Selvagem.

É um livro onde se aprende e é, ao mesmo tempo, um livro que se lê sem fadiga — podemos mesmo dizer — com intenso prazer.

Se Carlos Selvagem não fôsse o homem que teve que exilar-se para poder fazer a vida de acção e inteligência que era indispensável ao seu temperamento, se fôsse um desses mercieiros de literatura que escabicham em segredos de alcova os assuntos das suas novelas, se fôsse um acomodadício ou um sócio dos clubs literários do Chiado com lâmpada acesa nos órgãos da Imprensa — este livro teria sido já assinalado por todos os jornais portugueses — por todo o pensamento português — como obra que há de ficar e que é do interesse do país vulgarizar.

E desta vez seriam justos os adjectivos da Imprensa. Mas não. Carlos Selvagem deu ao seu livro o melhor do seu talento e três anos dedicadíssimos de trabalho e de inteligência; fez uma obra de são patriotismo, de talento e de escrupulo — mas não andou pelos jornais a mendigar adjectivos, nem pelo Chiado a forjar compadres, nem pela política a arranjar padrinhos. Entrou na liça, ele só, com as suas armas e as suas obras. E a Imprensa cala-se como se fôsse apenas mais um número do "Borda d'Água," que tivesse sido publicado.

Seja assim — se assim tem que ser.

Mas não o será para nós que durante três anos, quasi dia a dia, fomos espectadores do seu trabalho, da dedicação e do entusiasmo que lhe consagrou, do magnifico estendal de qualidades que pôs em jôgo para que o "Portugal Militar," viesse a ser o livro que de facto é: a primeira História Militar de Portugal capaz de entrar no coração e na cabeça da mocidade portuguesa.

E não é a amizade que nos liga ao autor que impedirá de apreciarmos objectivamente a sua obra. Dessa amizade apenas resulta que é mais vivo, mais profundo, o sentimento da revolta e de tristeza perante uma Imprensa que diariamente enche colunas com a biografia de ladrões e assassinos e que ainda não teve espaço para se referir a um livro que, a-pesar-de tudo, há de ficar entre as obras sólidas desta época de tão escassa fertilidade.

E para que uma injustiça completa se não cometa — mais uma como tantas que levaram Carlos Selvagem a desistir da posição que na Metrópole por direito próprio devia ocupar — ousamos chamar a atenção dos srs. Ministros da Guerra, da Marinha e das Colónias para esta obra que foi levada a cabo por encargo do Estado e na qual o autor realizou trabalho invulgar que bem merece, pelo menos, a manifestação imediata de apreço e louvor que é de bom senso e bom governo conceder aos que bem servem.

H. G.

Livros e publicações

Exposição Colonial de Paris, colecção de brochuras de propaganda colonial editadas pelo Commissariado da Exposição. Recebemos do Commissariado da Exposição de Paris, a magnífica colecção de monografias que este organismo editou com destino a certos em Vincennes:

Angola — Monografia.

Colecção de legislação — Bases orgânicas da Administração

Colonial, o Acto Colonial, Cartas orgânicas das Colónias, Código de Trabalho Indígena, Organização Militar do Governo Geral da Índia.

Catálogos oficiais da representação portuguesa.

Colecção de Monografias de Moçambique.

Colecção de Monografias das Colónias Portuguesas.

Colecção de brochuras sobre os produtos da Colónia de Moçambique.

Planisfério com a rota das viagens marítimas dos portugueses. Quadros estatísticos dos principais produtos de exportação de Angola.

Todos se recordam do triunfo que constituiu a parte documental da nossa representação. Nenhum país com representação em Vincennes fez um esforço tão notável e bem organizado como Portugal, sob o ponto de vista da documentação.

Agradecemos.

Portugal-Militar

Compêndio de História Militar e Naval de Portugal

POR

CARLOS SELVAGEM

■■■■■

O último hino do ilustre escritor e colonial

O primeiro compêndio de História Militar que refere as nossas campanhas coloniais dos Séculos XIX e XX. Uma obra prima de História e de Literatura

■■■■■

À VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS

COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Capital realizado: Esc. ouro 2.000.000\$50
(Libras esterlinas 444.445)

Nos termos do § único do art. 179.º do Código Commercial e por ordem do Ex.^{mo} Sr. Vice-Presidente da Mesa, é convocada a Assembleia Geral Ordinária desta Companhia para reunir no dia 29 do corrente, pelas 14 1/2 horas, na sala da sede da Companhia dos Tabacos de Portugal, Avenida da Liberdade, 16, 1.º, a fim de:

1.º Discutir e votar o Balanço, Contas e Relatório do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano de 1931;

2.º Proceder à eleição do Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Esta Assembleia compõe-se dos Accionistas de 200 ou mais acções nominativas, inscritas nos registos da Companhia 15 dias antes da reunião e dos Accionistas de 200 ou mais acções ao portador que as houverem depositado para esse efeito, com 15 dias de antecedência, pelo menos.

O depósito especial para esta Assembleia, que termina em 14 do corrente inclusivé, é realizável nas Caixas dos seguintes estabelecimentos:

Em Lisboa — Avenida da Liberdade, 20

No Porto — Banco Aliança

Em Paris } Comptoir National d'Escompte de Paris

 } Banque de l'Union Parisienne

Os srs. Accionistas habilitados a tomar parte na dita Assembleia podem fazer-se representar por mandatários que dela façam parte, mediante procuração particular ou simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

A entrega destas procurações ou cartas deverá ser feita até à véspera do dia da reunião.

Lisboa, 7 de Março de 1932.

O 1.º Secretário da Mesa
(a) Fernando Emygádo da Silva.

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1929	1930	1931		1932
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Janeiro	Janeiro
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.302	1.102	1.465

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 31 de Dezembro de 1931 (Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Séde).....	73.426	21.331.797	12.879.832	—	12.216.623	2.602.309
Banco do Comércio e Ultramar.	579.059	195.852	1.101.323	3.138.884	1.441.005	2.668.904
Banco N. Ultramarino (Séde)...	1.688.222	3.842.989	62.302.996	86.015.639	32.312.092	53.189.690

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos produtos Coloniais na praça de Lisboa no mês de Fevereiro de 1932

MERCADORIAS	Em 10 de Fevereiro		Em 20 de Fevereiro		Em 29 de Fevereiro		Unidades
	Compra	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda	
Cacau de S. Tomé fino.....	—	—	42\$00	45\$00	—	41\$50	15 q.
Café Cazengo.....	74\$00	82\$00	73\$00	80\$00	—	83\$00	»
Milho Luanda e Benguela.....	\$64	—	—	\$66	—	\$68	1 quilo
Milho da Beira no estado.....	\$70	—	\$70	—	\$85	—	»
Algodão Angola.....	6\$20	—	6\$20	—	6\$30	—	»
Coconote Angola.....	18\$00	—	18\$00	—	21\$50	—	15 q.
Coconote S. Tomé.....	19\$00	—	19\$00	—	22\$50	—	»
Oleo de palma Zaire.....	22\$00	—	22\$00	—	—	—	»
Oleo de palma S. Tomé.....	25\$00	—	25\$00	—	33\$00	—	»
Copra S. Tomé.....	20\$00	—	20\$00	—	23\$50	—	»
Gergelim.....	19\$00	—	19\$00	—	—	—	»
Ricino S. Tomé.....	16\$00	—	16\$00	—	17\$00	—	»
Cera Angola.....	8\$40	8\$40	—	9\$30	8\$60	9\$00	1 quilo
Couros secos Angola.....	8\$00	—	—	—	—	—	»
Café Novo Redondo.....	—	—	—	95\$00	—	—	15 q.
Café S. Tomé, arábica.....	—	—	—	—	—	200\$00	—
Café Ambriz.....	—	95\$00	75\$00	93\$00	—	85\$00	15 q.
Trigo Benguela.....	—	—	—	—	—	—	—

A. Ferreira



PORTUGAL COLONIAL

EXIJA ao seu fornecedor a marca A. FERREIRA nas tintas de escrever, colas e lacres, ficando certo, assim, de receber produtos de primeira qualidade.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas, por Lisboa em 1931

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1931	1932	1931	1932
	Janeiro	Janeiro	Janeiro	Janeiro
Reexportação :				
Cacau	1.252.827	482.589	3.452.280\$00	1.297.460\$00
Café	907.368	2.136	2.690.833\$00	7.642\$00
Cêra	4.113	39.271	36.297\$00	323.295\$00
Outras mercadorias	77.680	51.477	270.729\$00	149.342\$00
Total	<u>2.241.988</u>	<u>575.473</u>	<u>6.450.139\$00</u>	<u>1.777.739\$00</u>
Trânsito internacional :				
Cacau	41.839	—	113.884\$00	—
Café	403.163	45.811	1.337.929\$00	174.000\$00
Cêra	36.062	27.508	322.700\$00	248.500\$00
Óleos de palma e côco	2.168	—	5.724\$00	—
Outras mercadorias	119.039	100.862	642.300\$00	466.400\$00
Total	<u>602.271</u>	<u>174.181</u>	<u>2.422.537\$00</u>	<u>888.900\$00</u>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante o mês de Janeiro de 1932

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	5.400	—	4	13.878	—	—
Açúcar	798.748	—	4	760.261	—	—
Café	141.706	2.356	2	19.419	9	—
Trigo em grão	243.999	—	—	—	—	—
Peles em bruto	428	—	17.387	—	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	16.396	—	—	14.543	—	—
Sementes oleaginosas	115.578	308.056	61.465	19.000	89.476	—
Milho (1)	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	245	—	—	570	9	—
» comuns tintos (decalitros)	33.073	648	1.523	32.534	2.912	1.674
» » brancos (decalitros)	5.581	36	509	31.160	439	120
» licorosos	399	8	2	85	11	350
Conservas de vegetais	9.200	—	835	13.011	480	1.284
Sardinhas em salmoura	161	—	—	174	87	60
Conservas de sardinha	4.990	25	—	18.708	404	339
Conservas de peixe	494	—	—	617	85	—
Cortiça em rolhas	12	—	26	64	—	—

(1) Importaram-se de tôdas as colónias (especialmente de Angola) 38,369,352 quilogramas, no valor de 19.713,639\$00 escudos.

Do Boletim da D. G. E.

PORTUGAL COLONIAL

A revista colonial portuguesa
de maior tiragem e expansão
e a que dispõe de melhor
colaboração

Director: **Henrique Galvão**

REDACÇÃO:

Rua da Conceição, 35, 1.º

Para ser assinante da "Portugal Colonial"
basta enviar um simples
bilhete postal à Redacção

USE

MURALINE

NA PINTURA
DA SUA CASA

Pois é a melhor
pintura a água



Mário Costa & C.^a, L.^{da}

RUA DO ALMADA, 30, 1.º
— — —:PORTO:— — —

Ottosgräfica
L i m i t a d a

Trabalhos tipográficos
em todos os géneros

Conde Barão, 50 - Lisboa

T e l e f o n e 2 3 7 7 5

Companhia do Sul de Angola

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00

Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telef. 2 4174 — End. Tel. *SULANGOLA*

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mossâmedes—Praia Amélia, Pôrto

Alexandre

Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de Peixe, Pasta Azotada—Fábrica AFRICANA—Mossâmedes

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau,

S. João do Sul, Caroca e Pinda

Companhia de Mossâmedes

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00

Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telefone: 2 4174

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO

na Banque des Interets Français

23, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de gados—Explorações agrícolas

—Instalações no *Lubango,*

Tchipa, Ediva, Palanca, Culueque e Tchifito

SOCIEDADE COMERCIAL DO AMBRIZ, LIMITADA

Sede

LISBOA

R. do Ouro, 101, 2.º E.

Endereço Telegráfico

SOAMBRIZ

Delegação

LUANDA

R. Farinha Leitão (Bungo)

Caixa Postal, 94

Endereço Telegráfico

SCAL—Luanda

Comissões

Consignações

Importação

Exportação

Agentes gerais em Angola da

Empreza de Cimentos de Leiria

Cimento LIZ

Companhia de Seguros Comércio e Indústria

Ramo VIDA

COMPANHIA AGRICOLA DAS NEVES

Sede: Rua do Comércio, 7, 2.º—LISBOA

End. Telg. PONTAFIGO

Telef. 23959

Capital 4.000.000\$00

Exploração das suas propriedades

agrícolas em S. Tomé, Pontafigo

* * * * * e Generosa * * * * *

Productos:

Cacau, Café, Coconote, Copra,

* Ricino e Oleo de Palma *

Companhia Nacional de Navegação

Carreiras regulares entre Lisboa e todos os portos da Africa Ocidental e Oriental Portuguesa

CARREIRAS REGULARES ENTRE TODOS OS PORTOS DA PROVINCIA

SERVIÇO SEMANAL ENTRE LOURENÇO MARQUES E INHAMBANE •• SERVIÇO QUINZENAL ENTRE LOURENÇO MARQUES E MOCIMBOA DA PRAIA, COM ESCALAS POR INHAMBANE, BEIRA, CHINDE, PEBANE, QUELIMANE, ANGOCHE, MOÇAMBIQUE, PORTO AMELIA, IBO E PALMA

AGENCIA EM INHAMBANE — Nogueira, Limitada

Telegramas "JOCARFINO"

Caixa Postal n.º 39

Venancio Guimarães & C.^a

Lubango

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

Escritório em LISBOA — R. de S. Julião, 23, 1.º

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: VOUGA

COMÉRCIO GERAL, AGRICULTURA, PECUÁRIA E INDÚSTRIA

Sócios-gerentes da *EMPRESA CAHOLO, L.DA* (Fornos de cal e moagem de cereais)

Agricultores no BENTIABA (Fazenda Algodoeira da PUPA)

Exportadores de gado bovino e peixe seco

REPRESENTANTES NOS DISTRITOS DA HUILA E DE MOSSÂMEDES DE:

Vacuum Oil Company
Fábrica de Tabacos Ultramarina
Automóveis e camions «FORD»
Máquinas de escrever «REMINGTON»

REPRESENTANTES NO DISTRITO DA HUILA DE:

Burrell & C.º
Companhia de Seguros «TAGUS»
Lotarias de Angola



Emulsão aquosa de Asfalto puro

PARA TODOS OS TRABALHOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO

Revestimento de superfícies metálicas
Construções de Pavimentos Elásticos
Protecção de ferro ondulado
Pinturas protectoras navaes e de canalizações, etc.

**Systema DeVilbiss
de Pintura por Aspersão**

INSTALAÇÕES DE PINTURA À PISTOLA PARA

Automoveis
Construções
Navios
Peleis de couro
Para qualquer fim

Pedir folhetos descriptivos aos

Distribuidores:

BETHENCOURT BROS., LTD
Telefones 27202 Telegr.: SURVEY
Praça do Municipio, 13
LISBOA

AGENCIA DO NORTE: SORIA, L.^{DA}
Telefona 2508
Rua Ferreira Borges, 9
PORTO



DIGÉRONAL

Produto CHATELAIN

À venda em todas as farmacias

Depositários para Portugal e Colónias:

ANTÓNIO SERRA, LIMITADA
CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA, 96

Caixa Postal N.º 142

LISBOA

Companhia Nacional de Navegação

Serviço regular entre a metrópole, África Ocidental e Oriental, Brasil, norte da Europa e Mediterrâneo

FROTA DA COMPANHIA Paquetes

	Ton.
NYASSA	9 000
ANGOLA.....	8.300
QUANZA.....	6.500
LOURENÇO MARQUES.....	6.400
MOÇAMBIQUE.....	6 000
PEDRO GOMES.....	5.500
ÁFRICA.....	5.500

Vapores de cabotagem

LUABO	1.385
CHINDE	1.382
IBO.....	884
AMBRÍS	858
SAVE.....	765

Vapores de carga

CUBANGO	8.300
S. TOMÉ	6.350
CABO VERDE	6.200
CONGO.....	5.000

Rebocadores

EM LISBOA: — BEIRA 1.º e INCOMATI.

EM ÁFRICA: — TEJO, S. TOMÉ, CUIO e gasolina
QUANZA.

Batelões

20 em serviço em Lisboa e África.

LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85

PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 92